

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

PAULO HENRIQUE DE ASSIS BRAZIL

QUALIDADE DO EMPREGO FORMAL NO RIO GRANDE DO
NORTE E NO NORDESTE: UMA ANÁLISE POR SETORES DE
ATIVIDADE NO PERÍODO DE 2001 A 2010

JOÃO PESSOA – PB
2013

PAULO HENRIQUE DE ASSIS BRAZIL

QUALIDADE DO EMPREGO FORMAL NO RIO GRANDE DO
NORTE E NO NORDESTE: UMA ANÁLISE POR SETORES DE
ATIVIDADE NO PERÍODO DE 2001 A 2010

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Economia da Universidade Federal
da Paraíba (UFPB), em cumprimento às exigências
para obtenção do grau de Mestre em Economia.

Orientador: Prof. Dr. Ivan Targino Moreira.

Área de Concentração: Economia do Trabalho.

JOÃO PESSOA – PB
2013

B386q Brazil, Paulo Henrique de Assis.

Qualidade do emprego formal no Rio Grande do Norte no Nordeste:
uma análise por setores de atividade no período de 2001 a 2010 / Paulo
Henrique de Assis Brazil – Paraíba: UFPB, 2013.

94 f.

Orientador: Ivan Targino Moreira.

Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal da
Paraíba – UFPB, Paraíba, 2013.

1. Emprego formal. 2. Qualidade do emprego. 3. Emprego - Rio Grande
- Região Nordeste. 4. Moreira, Ivan Targino. I. Título.

CDU 331.1

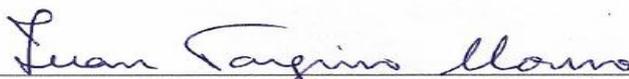
PAULO HENRIQUE DE ASSIS BRAZIL

QUALIDADE DO EMPREGO FORMAL NO RIO GRANDE DO NORTE E NO NORDESTE: UMA ANÁLISE POR SETORES DE ATIVIDADE NO PERÍODO DE 2001 A 2010

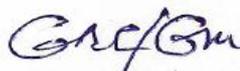
Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em economia do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal da Paraíba - UFPB como requisito final para obtenção do grau de mestre em Economia.

Submetida á apreciação de banca examinadora, sendo aprovada em 30 / 04 / 2013.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Ivan Cargino Moreira
Universidade Federal da Paraíba – UFPB
(Orientador)



Prof. Dr. Guilherme de Albuquerque Cavalcanti
Universidade Federal da Paraíba – UFPB
(Examinador Interno)



Prof. Dra. Lúcia Maria Góes Moutinho
Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE
(Examinadora Externa)

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me dado forças nos momentos mais difíceis dessa empreitada.

Ao Prof. Ivan Targino Moreira, meu orientador, por toda atenção prestada no decorrer da elaboração dessa dissertação.

A todos os professores do Mestrado de Economia da Universidade Federal da Paraíba, que ajudaram na minha formação acadêmica.

A toda turma 2010.2 do Mestrado de Economia da UFPB, com a qual convivi nos momentos bons e difíceis durante a realização do mestrado.

Às servidoras Risomar de Farias Oliveira e Caroline Rangel Travessos Burity pela acolhida gentil e pelo encaminhamento das questões referentes ao Mestrado de Economia da UFPB.

A minha família que me apoiou durante todo o período de realização do Mestrado, em especial a meu pai e a minha mãe.

À minha noiva, Danielle Farias Vitorino, por sempre me dar apoio, e saber entender as minhas ausências e abdições de finais de semana com ela, para estar estudando sozinho ou em grupo.

DEDICATÓRIA

A meu pai ***Paulo Macedônio de Assis Brazil***, pelo incentivo e apoio. A minha mãe ***Vera Lúcia de Assis Brazil***, pela paciência e carinho.

RESUMO

O presente trabalho se propõe estudar a qualidade do emprego formal no Rio Grande do Norte e na região Nordeste no período de 2001 a 2010. Para tanto foi calculado o Índice da Qualidade do Emprego Formal (IQEF), que consiste no cálculo da média aritmética de quatro indicadores: o grau de instrução, a taxa de rotatividade, a taxa de desconcentração salarial e a média da remuneração salarial. A fonte de dados utilizada para atingir os resultados pretendidos foi a Relação Anual das Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Foi utilizado o programa DARDO do MTE para os cálculos do IQEF. A pesquisa bibliográfica foi feita com o intuito de obter elementos para a construção da abordagem teórica do trabalho bem como para traçar um panorama que servisse para subsidiar as discussões sobre as principais tendências apontadas pela evolução do IQEF do Rio Grande do Norte e do Nordeste. O estudo da dinâmica do mercado de trabalho do Rio Grande do Norte e do Nordeste mostrou que houve uma tendência de aumento do grau de formalização das relações de trabalho que atingiu praticamente todos os setores de atividade. A discussão dos resultados do IQEF entre 2001 e 2010, mostrou que o mercado de trabalho nas duas áreas selecionadas apresentou, também, uma tendência de melhoria da qualidade do emprego formal potiguar e nordestino.

Palavras-Chave: Emprego formal. Qualidade do emprego. Rio Grande do Norte. Região Nordeste.

ABSTRACT

The present work aims to study the quality of formal employment in Rio Grande do Norte state and in the Northeast region in the period 2001-2010. Therefore we calculated the Index of Quality Formal Employment (IQEF), which is the arithmetic average of four indicators: education level, the turnover rate, rate of deconcentration and the average wage rate. The data source used to achieve these results was the Annual Relation of Social Information (RAIS) published by Ministry of Labour and Employment (MTE). MTE's DARDO software was used to calculate the IQEF. A literature search was performed in order to obtain elements for the construction of theoretical work, as well, to draw a picture that would serve to support discussions on key trends indicated by the evolution of IQEF in Rio Grande do Norte state and Northeast region. The study of the dynamics of the labor market on both locations showed an upward trend in the formalization degree of work relations that reached virtually all sectors of activity. The discussion of the results of IQEF, between 2001 and 2010, showed that the labor market in the two selected areas also presented a trend in the quality improvement of formal employment in those locations.

Keywords: Formal employment. Job quality. Rio Grande do Norte. Northeast.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Mapa de indiferença	19
Figura 2	Reta orçamentária	20
Figura 3	Análise da oferta de trabalho através da curva de indiferença	20
Figura 4	Curva de oferta de trabalho individual	21
Figura 5	Curva de demanda por trabalho	23
Figura 6	Determinação do preço de equilíbrio de um serviço produtivo variável	24

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Nordeste: Índice da qualidade do emprego formal (2001-2010)	67
Gráfico 2	Nordeste: Índice parcial do grau de instrução segundo os setores de atividade (2001 – 2010)	70
Gráfico 3	Nordeste: Índice parcial da média salarial segundo os setores de atividade (2001 – 2010)	71
Gráfico 4	Nordeste: Índice parcial de desconcentração salarial segundo setores de atividade (2001 – 2010)	73
Gráfico 5	Nordeste: Índice parcial da taxa de rotatividade segundo os setores de atividade (2001 – 2010)	74
Gráfico 6	Rio Grande do Norte: Índice de qualidade do emprego formal (2001 – 2010)	75
Gráfico 7	Rio Grande do Norte - Índice parcial do grau de instrução segundo setores de atividade (2001-2010)	77
Gráfico 8	Rio Grande do Norte: Índice parcial da média salarial segundo os setores de atividade (2001 – 2010)	79
Gráfico 9	Rio Grande do Norte: Índice parcial de desconcentração salarial segundo os setores de atividade (2001 – 2010)	80
Gráfico 10	Rio Grande do Norte: Índice parcial da taxa de rotatividade segundo os setores de atividade (2001 – 2010)	81

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Índice do grau de instrução por setores de atividades no período de 2001 a 2010 - Nordeste	91
Quadro 2	Índice da média salarial por setores de atividades no período de 2001 a 2010 - Nordeste	91
Quadro 3	Índice da desconcentração salarial por setores de atividades no período de 2001 a 2010 - Nordeste	92
Quadro 4	Índice da taxa de rotatividade por setores de atividades no período de 2001 a 2010 - Nordeste	92
Quadro 5	Índice do grau de instrução por setores de atividades no período de 2001 a 2010 - Rio Grande do Norte	93
Quadro 6	Índice da média salarial por setores de atividades no período de 2001 a 2010 - Rio Grande do Norte	93
Quadro 7	Índice da desconcentração salarial por setores de atividades no período de 2001 a 2010 - Rio Grande do Norte	94
Quadro 8	Índice da taxa de rotatividade por setores de atividades no período de 2001 a 2010 - Rio Grande do Norte	94

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Nordeste: Indicadores do mercado de trabalho (2000 a 2010)	54
Tabela 2	Nordeste: Pessoal ocupado segundo posição na ocupação (2000 – 2010)	55
Tabela 3	Nordeste: População ocupada segundo os setores de atividade (2000 e 2010)	56
Tabela 4	Brasil e Nordeste: Rendimento mensal médio por pessoa ocupada (2000 e 2010)	56
Tabela 5	Nordeste: Evolução do mercado de trabalho formal segundo os Estados (2001 e 2010)	57
Tabela 6	Nordeste: Pessoal ocupado no segmento formal segundo ramos de atividade (2001 e 2010)	58
Tabela 7	Nordeste: Ocupações no segmento formal por sexo, segundo setores de atividade (2001 – 2010)	59
Tabela 8	Rio Grande do Norte: Indicadores do mercado de trabalho (2000 / 2010)	60
Tabela 9	Rio Grande do Norte: Pessoal ocupado segundo posição na ocupação (2000 – 2010)	60
Tabela 10	Rio Grande do Norte: População ocupada segundo os setores de atividade (2000 e 2010)	61
Tabela 11	Brasil, Nordeste e Rio Grande do Norte: Rendimento mensal médio por pessoa ocupada (2000 e 2010)	62
Tabela 12	Rio Grande do Norte: Ocupações no segmento formal, segundo setores de atividade (2001 – 2010)	63
Tabela 13	Nordeste: Índice da qualidade do emprego formal por setores de atividade (2001-2010)	68
Tabela 14	Rio Grande do Norte: IQEF por setor de atividade (2001 – 2010)	76

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
ETENE	Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IQEF	Índice de Qualidade do Emprego Formal
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
MP	Medida provisória
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
NE	Nordeste
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PEA	População Economicamente Ativa
PIB	Produto Interno Bruto
PMCMV	Programa Minha Casa, Minha Vida
PT	Partido dos Trabalhadores
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
RM's	Regiões Metropolitanas
RN	Rio Grande do Norte
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO I - Fundamentação Teórica	18
1.1 Mercado de Trabalho	18
1.1.1 Oferta de trabalho	18
1.1.2 Demanda por trabalho	21
1.1.3 Equilíbrio do mercado de trabalho	24
1.2. A Segmentação do mercado de trabalho	25
1.3. Formalidade, fordismo e flexibilização	33
CAPÍTULO II - Metodologia do cálculo do Índice da Qualidade do Emprego Formal (IQEF)	38
2.1 Metodologia para obtenção do valor observado para os quatro indicadores	39
2.2 Metodologia da adoção dos melhores e piores valores para os quatro indicadores	40
2.2.1 Grau de Instrução	40
2.2.2 Média Salarial	40
2.2.3 Desconcentração Salarial	40
2.2.4 Taxa de Rotatividade	41
2.3 Metodologia para obtenção dos índices preliminares dos quatros indicadores	42
2.4 Metodologia para o cálculo do IQEF	44
2.5 Limitações do IQEF	44
CAPÍTULO III - Aspectos gerais do mercado de Trabalho Formal do Nordeste e do Rio Grande do Norte	46
3.1 Elementos da formação do mercado de trabalho nordestino e potiguar	46
3.2 O mercado de trabalho no Nordeste e no Rio Grande do Norte na década de 2000	53
3.2.1 Aspectos da dinâmica do mercado de trabalho nordestino na década de 2000	53
3.2.2 Aspectos da dinâmica do mercado de trabalho potiguar na década de 2000	59
CAPÍTULO IV – Discussão dos resultados do IQEF no Nordeste e No Rio Grande do Norte	66
4.1 Qualidade do emprego Formal no Nordeste	66
4.1.1 Discussão do índice geral da qualidade do emprego formal para o Nordeste	66
4.1.2 Discussão do índice parcial da qualidade do emprego formal para o Nordeste	69
4.1.2.1 Grau de instrução do Nordeste	69
4.1.2.2 Média salarial do Nordeste	71

4.1.2.3 Desconcentração salarial do Nordeste	72
4.1.2.4 Taxa de rotatividade	73
4.2 Qualidade do emprego formal no Rio Grande do Norte	74
4.2.1 Discussão do índice geral da qualidade do emprego formal para o Rio Grande do Norte	75
4.2.2 Discussão dos índices parciais da qualidade do emprego formal para o Rio Grande do Norte	77
4.2.2.1 Grau de Instrução no Rio Grande do Norte	77
4.2.2.2 Média Salarial no Rio Grande do Norte	78
4.2.2.3 Desconcentração Salarial no Rio Grande do Norte	79
4.2.2.4 Taxa de Rotatividade no Rio Grande do Norte	80
CONSIDERAÇÕES FINAIS	82
REFERÊNCIAS	85
APÊNDICE	90

INTRODUÇÃO:

As ocupações informais representam mais de metade do mercado de trabalho no Brasil. Durante a década de noventa do século XX, houve um processo de degradação do mercado de trabalho, aprofundando a precarização e a informalidade. Segundo Antunes (2000), o baixo crescimento econômico da década de 1990, a liberação comercial e financeira e o aumento do nível tecnológico da estrutura produtiva resultaram no desemprego, terceirização, subcontratações, fortalecendo o segmento informal da economia brasileira.

Durante a primeira década do século XXI, observa-se uma reversão dessa tendência com o aumento da formalização do emprego. Segundo Remy, Queiroz e Silva Filho (2010, p.4).

No início da década ainda se vivencia incertezas. Houve alguma desaceleração da economia brasileira tanto em virtude de uma crise de energia elétrica que havia provocado racionamento no país quanto em relação a instabilidades externas, como a crise na Argentina e os atentados nos EUA. (REMY, QUEIROZ, SILVA e FILHO).

Aquele período apresentava um quadro delicado. A economia mundial emitia sinais de instabilidade, particularmente após o “11 de setembro”. No cenário nacional, já eram registrados alguns indicadores de modificação, desde a mudança na política cambial de 1999, quando o Brasil abandonou a política de bandas cambiais e adotou a política de taxa de câmbio flexível, resultando na desvalorização cambial. Essa mudança refletiu-se no crescimento das exportações, revertendo a tendência de déficits comerciais, e melhoria no ritmo de crescimento do PIB. Ainda segundo Remy, Queiroz e Silva Filho (2010), no início, as taxas de crescimento permaneceram modestas, enquanto a balança comercial registrava um saldo positivo, o que caracterizou uma mudança do quadro anterior. Assim, o aumento das exportações foi bastante importante para aquecer o mercado de trabalho interno. Essa mudança, no entanto, foi atenuada ao longo de 2002, em virtude da instabilidade do cenário político nacional, marcado pela realização das eleições presidenciais com a possibilidade de eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, o que provocou incertezas quanto à política econômica interna. A isto se acrescentou a turbulência no contexto econômico externo.

Em razão das dificuldades no quadro macroeconômico nacional, o primeiro ano do governo Lula foi marcado pela adoção de políticas fiscais e monetárias restritivas, resultando numa taxa de crescimento de apenas 0,5%. Segundo Dedecca e Rosandisk (2006), no final de 2003, começou a aparecer os primeiros sinais de recuperação econômica, apresentando a

elevação do emprego formal. Sobre os impactos dessa mudança no ritmo de crescimento da economia sobre o mercado de trabalho, Bastos afirma:

[...] embora não se identifique uma trajetória muito nítida do mercado de trabalho do país até 2003, a partir de 2004 constata-se uma tendência mais clara de seus indicadores, no sentido de recuperação de níveis de ocupação, da criação de emprego formal e da redução da incidência do desemprego. Esta performance esteve inserida em um contexto macroeconômico de maior crescimento do produto, de recuperação gradativa dos investimentos e de incremento das exportações e do saldo da balança comercial do país. (BASTOS, 2010, p. 1)

Com efeito, as dificuldades iniciais enfrentadas pelo Governo Lula começaram a ser superadas a partir de 2004, quando a economia brasileira experimentou taxas mais elevadas de crescimento. De acordo com Moretto e Proni:

A partir de 2004, começou uma forte recuperação econômica, impulsionada pelo crescimento da exportação de commodities. Nos anos seguintes, a expansão do consumo (estimulada pela maior oferta de crédito, pela gradual elevação do salário mínimo e pelo controle da inflação) consolidou uma fase de crescimento expressivo da economia, o que teve impactos muito positivos sobre o mercado de trabalho. (MORETTO e PRONI, 2012, p. 136)

Tendo em vista o quadro geral de recuperação do mercado de trabalho na década de 2000, procura-se neste trabalho discutir se tal fenômeno também ocorreu no Rio Grande do Norte e no Nordeste e se esse processo de formalização também implicou em melhoria da qualidade do emprego formal. A problematização pode ser indicada com as seguintes perguntas: A evolução recente do mercado de trabalho do Nordeste e do Rio Grande do Norte aponta para o aumento do grau de formalização das relações de trabalho? Caso tenha ocorrido esse maior nível de formalização, isso foi acompanhado de uma melhoria da qualidade do emprego formal? Essas tendências também foram observadas por setores de atividade?

Nesse contexto, o objetivo geral da dissertação é estudar a evolução da qualidade do emprego formal do Rio Grande do Norte, comparando-a com a do Nordeste, durante o período de 2001 a 2010, segundo os setores de atividade.

Além desse objetivo geral, o trabalho também se propõe a atingir os seguintes objetivos específicos:

- a) Calcular o IQEF para o mercado de trabalho do Rio Grande do Norte e do Nordeste, segundo os setores de atividade;
- b) Estudar o desempenho do mercado de trabalho do Rio Grande do Norte e do Nordeste durante o período de 2001 a 2010.

O conteúdo deste trabalho está estruturado em quatro capítulos, excluindo esta introdução. O primeiro trata da fundamentação teórica. O segundo expõe a metodologia do trabalho. O terceiro discute os aspectos gerais do mercado de trabalho formal do Rio Grande do Norte e do Nordeste. O quarto capítulo analisa os dados obtidos sobre a qualidade do emprego formal

no Rio Grande do Norte e no Nordeste assim como os resultados do IQEF para as duas áreas. Por fim, estão apresentadas as considerações finais.

CAPÍTULO I

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo busca apresentar os elementos teóricos julgados necessários para fundamentar a investigação proposta. Foram escolhidos três eixos teóricos: o mercado de trabalho, a segmentação do mercado de trabalho e a flexibilização das relações de trabalho.

1. MERCADO DE TRABALHO

A noção de mercado é um conceito fundamental na teoria econômica. Pindick e Rubinfeld fornecem a seguinte definição para mercado:

[...] um mercado é, pois, um grupo de compradores e vendedores que, por meio de suas reais ou potenciais interações, determinam o preço de produtos ou de um conjunto de produtos. No mercado de PCs, por exemplo, os compradores são empresas ou usuários, os vendedores são a Hewlett-Packard, a Lenovo, a Dell, a Apple e várias outras empresas. Observe que o mercado representa mais do que um setor. Uma indústria é um conjunto de empresas que vendem o mesmo produto ou produtos correlatos. Com efeito, a indústria corresponde ao lado da oferta do mercado. (PINDYCK e RUBINFELD, 2009, p.7).

Aceitando-se essa definição, pode-se afirmar que mercado de trabalho é o “lugar” onde se confrontam a demanda e a oferta dos serviços desta mercadoria específica. Isto é, é o encontro de compradores e vendedores dos serviços do trabalho, resultando na determinação do preço desse serviço (salário) e a quantidade que equilibra esse mercado. Na sequência, faz-se uma ligeira apresentação da oferta e da demanda de trabalho, bem como do equilíbrio desse mercado.

1.1 Oferta de trabalho

A oferta de trabalho individual está relacionada com a quantidade de trabalho oferecida pelo trabalhador aos diferentes níveis de preço, *ceteris paribus*. A oferta de trabalho do mercado, segundo Ramos (2012), deve ser entendida como a quantidade de trabalho que em determinado tempo a economia disponibiliza para ser utilizada pelas unidades de produção.

A oferta de trabalho individual é obtida a partir da maximização da função utilidade do trabalhador, segunda a qual o nível de satisfação do trabalhador depende do lazer e da renda. Isto é: $U = f(R, L)$, onde U é a função utilidade, R é a renda e L representa o Lazer.

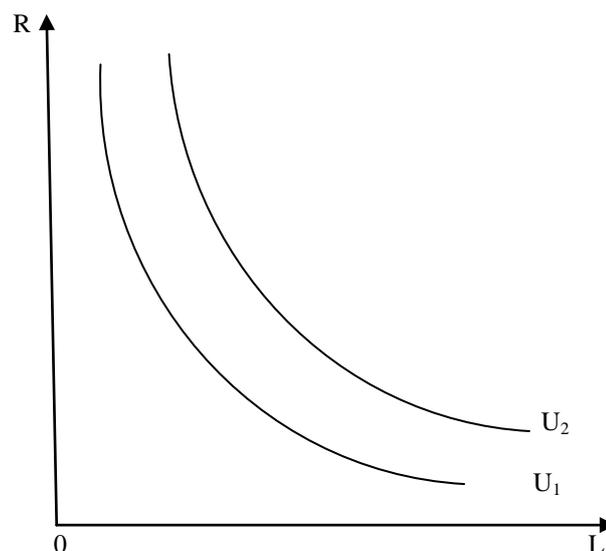
O lazer congrega todas as atividades prazerosas que não tenham relação com o trabalho e que geram satisfação ao indivíduo: comer, praticar esportes, assistir futebol, dormir etc. A renda mede o quanto o trabalhador receberá pela quantidade de trabalho que conseguir vender ao salário vigente. Desse modo, tem-se que:

$$R = w.N \quad (1)$$

Onde: R é renda, w é o salário e N a quantidade de trabalho. Vale lembrar que o trabalho representa uma subtração do tempo de lazer, portanto, um desprazer. Assim, ele só será efetuado se propiciar uma renda que permita ao trabalhador adquirir bens que lhe garantam um nível de satisfação no mínimo igual ao que obteria se esse mesmo tempo fosse dedicado ao lazer.

Definida a função utilidade do trabalhador, obtém-se o mapa de indiferença, formado pelas infinitas curvas de indiferença traçadas para diferentes níveis de satisfação (veja figura 1). A inclinação da curva de indiferença indica a taxa marginal de substituição de renda por lazer, de modo que o trabalhador permaneça no mesmo nível de satisfação.

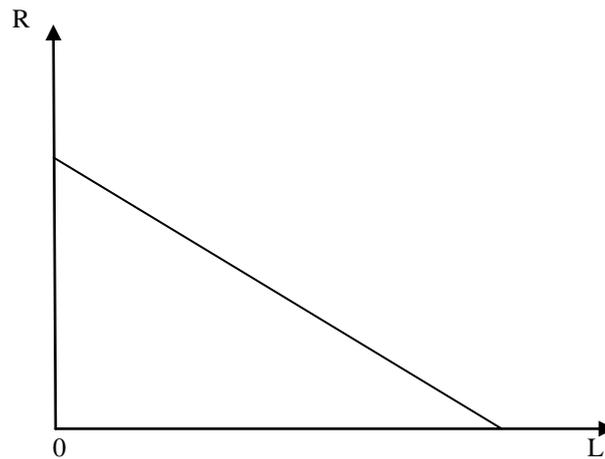
Figura 1 – Mapa de indiferença



Fonte: Ferguson, 1985.

A reta orçamentária está representada na Figura 2. Esta reta mostra os diferentes níveis de renda que o trabalhador pode obter ao oferecer diferentes quantidades de trabalho, considerando o nível de salário vigente no mercado. A inclinação da reta orçamentária é definida pelo nível salarial.

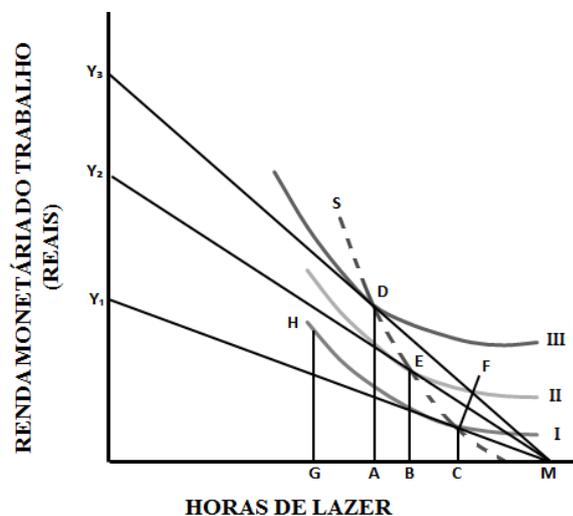
Figura 2 – Reta orçamentária



Fonte: Ferguson, 1985.

O problema que se coloca para o trabalhador é definir o nível máximo de satisfação que ele pode obter, dado o nível de salário de mercado. Esse nível será alcançado quando a curva de indiferença tangenciar a reta orçamentária vale dizer quando a taxa marginal de substituição de renda por lazer for igual ao salário. Como mostrado na figura 3 nos pontos F, E e D, obtidos pela tangência das curvas de indiferença I, II e III às retas orçamentárias MY_1 , MY_2 e MY_3 à medida que o salário aumenta.

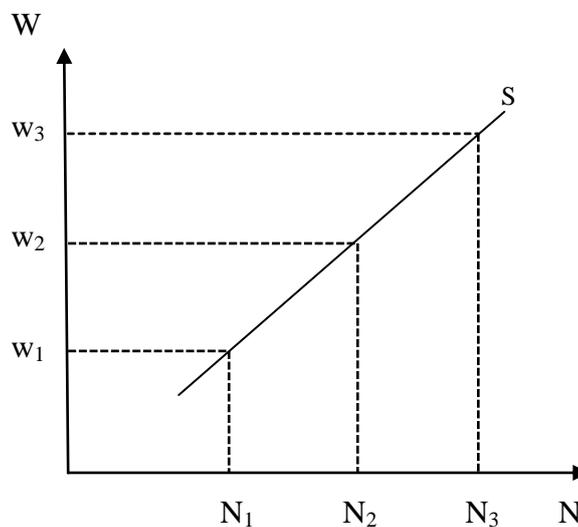
Figura 3 - Análise da oferta de trabalho através da curva de indiferença.



Fonte: Ferguson, 1985.

Transpondo-se esses pontos para o espaço salário – quantidade de trabalho, obtém-se a curva de oferta individual de trabalho como mostrado na figura 4. Cada ponto dessa curva representa um ponto de maximização de satisfação do trabalhador ao alocar o seu tempo disponível entre tempo de trabalho e tempo de lazer. Ao salário w_1 , o trabalhador oferece MC (N_1) horas de trabalho, ao salário w_2 ele oferece MB (N_2) horas de trabalho, ao salário w_3 ele oferece MA (N_3) horas de trabalho. À medida que o salário aumenta, o trabalhador é levado a ofertar uma maior quantidade de trabalho, havendo uma relação direta entre quantidade ofertada de trabalho e nível de salário¹.

Figura 4 – Curva de oferta de trabalho individual



Fonte: Ferguson, 1985.

A curva de oferta de trabalho de mercado é obtida a partir do somatório horizontal das curvas de oferta individual de todos os trabalhadores inseridos nesse mercado.

1.2 Demanda por trabalho

A demanda por trabalho relaciona a quantidade de trabalho que será demandada pelas empresas aos diferentes níveis salariais, de modo a maximizar o seu lucro. Para se obter essa curva, deve-se partir do princípio da maximização do lucro da empresa, isto é, procura-se determinar a quantidade de trabalho que maximizará o lucro da empresa, dado o nível de salário vigente no mercado. Assim, dada a função lucro:

$$\text{Lucro} = \text{Receita} - \text{Custo}, \text{ ou,}$$

¹ Em níveis elevados de salário é possível que o trabalhador seja levado a reduzir a quantidade ofertada de trabalho, havendo uma reversão na inclinação da curva de oferta de trabalho.

$$\Pi = R - C \quad (2)$$

Onde, Π é Lucro, R é Receita e C é custo. Lembra-se que a receita é igual ao preço (p) vezes a quantidade (q). E o custo é composto do custo variável² (salário vezes quantidade de trabalho – $w.N$) e do custo fixo (F). O custo total será dado por

$$C = w.N + F$$

Desse modo tem-se que:

$$\Pi = p.q - (w.N + F) \quad (3)$$

Como a quantidade produzida (q) é uma função da quantidade utilizada de trabalho [($q = f(N)$)], tem-se que:

$$\Pi = p.f(N) - w.N - F \quad (4)$$

O empresário ajusta a utilização de seu insumo de maneira a maximizar seu lucro. Portanto, para saber qual o lucro máximo, deriva-se a função em relação a N , e em seguida iguala-se a derivada a zero. Assim fazendo, tem-se: onde teremos a forma do lucro máximo em relação a “ N ”.

$$\frac{d\pi}{dN} = pf'(N) - w = 0, \quad (5)$$

$$\frac{d\pi}{dN} = p \cdot \frac{dq}{dN} - w = 0,$$

$$p \cdot \frac{dq}{dN} - w = 0,$$

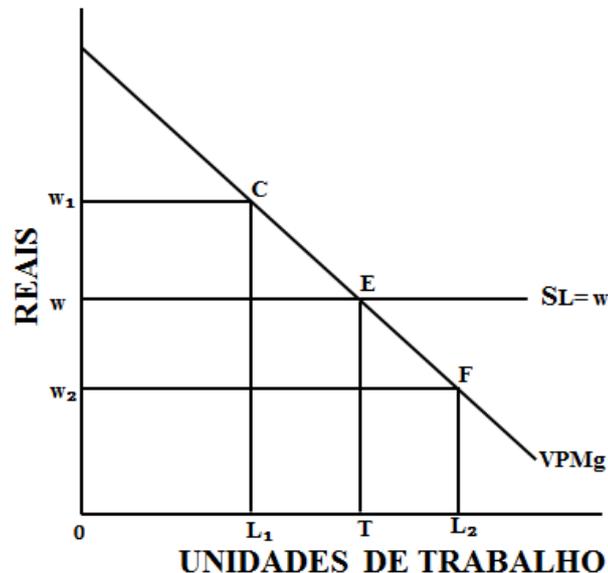
$$p.PMgN = w,$$

onde: $PMgN$ = Produtividade marginal do trabalho.

² Supõe-se uma análise de curto prazo onde só há um insumo variável, no caso o trabalho.

Para maximizar o lucro, o salário pago ao trabalhador deve ser igual ao valor da produtividade marginal. E seguindo a definição de curva de demanda, a curva do valor do produto marginal do trabalho é a curva individual de demanda por trabalho, quando se considera apenas o trabalho como fator variável, como mostrado na figura 5.

Figura 5 – Curva de demanda por trabalho



Fonte: Ferguson (1987, p. 440).

Nota: w = Salário; L = Trabalho; $VPMg$ = Valor do produto Marginal.

Convém lembrar que a abordagem keynesiana da demanda por trabalho difere da abordagem neoclássica acima exposta. Para Keynes, a demanda por trabalho é uma demanda derivada, dependendo, portanto, dos mesmos fatores que afetam a demanda agregada:

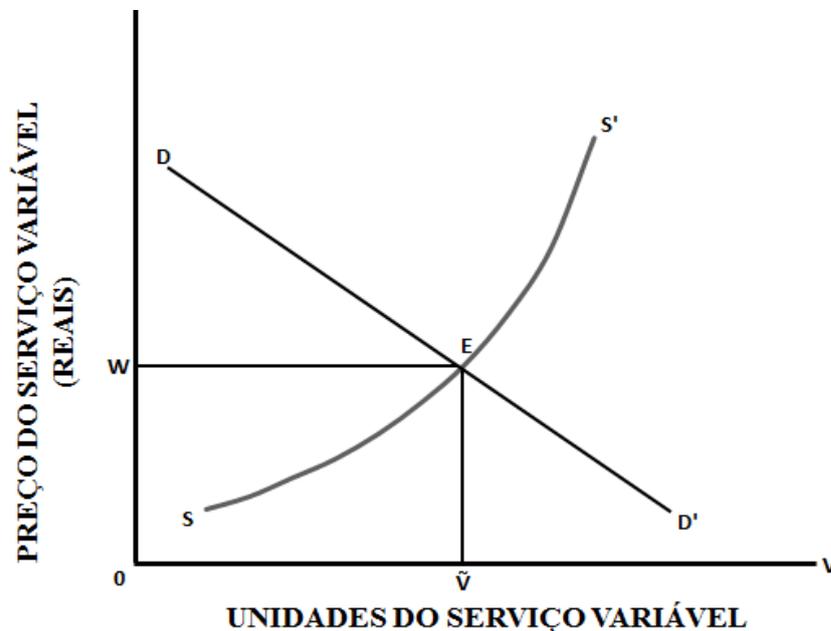
Desse modo podemos em alguns casos considerar como variáveis independentes finais: (1) os três fatores psicológicos fundamentais: a propensão psicológica a consumir, a atitude psicológica respeitante à liquidez e a expectativa psicológica do rendimento futuro dos bens de capital; (2) a unidade de salários, tal como é determinada pelos convênios celebrados entre patrões e operários e (3) a quantidade de moeda tal como é determinada pela ação do banco central; de maneira que se tomamos como dados os fatores antes descritos estas variáveis determinam a renda (ou dividendo) nacional e o volume de emprego. (KEYNES, 1970, p. 236-237).

Para Keynes, portanto, o nível de emprego é determinado pelos mesmos fatores que determinam o nível do produto. Dizendo de outra forma, é possível agir sobre o nível de emprego, desde que se atue sobre os fatores que determinam o nível de produto da economia.

1.3 Equilíbrio do mercado de trabalho

O ponto de equilíbrio do mercado de trabalho, assim como de qualquer outro mercado, é definido pela interseção da curva de oferta com a curva de demanda de trabalho. O cruzamento no ponto E das retas DD' e SS' que são as curvas de demanda e de oferta, determinando o ponto de equilíbrio no mercado, onde OW é o nível de salário que garante a igualdade entre a quantidade demandada e a ofertada (OV).

Figura 6 - Determinação do preço de equilíbrio de um serviço produtivo variável no mercado.



Fonte: Ferguson (1987, p. 451).

O nível de equilíbrio do mercado de trabalho será sempre o nível de pleno emprego, no sentido de que todas as pessoas que aceitarem o nível de salário determinado pelo mercado encontrarão emprego.

Essa visão não é compartilhada por Keynes, portanto, o nível de produto a vigorar na economia depende fundamentalmente das mesmas variáveis que determinam o produto. Como essas variáveis contêm um elemento importante de fatores psicológicos que atuam nas expectativas dos agentes econômicos, o nível de produto e, em consequência do emprego, será sempre instável. Para Keynes, “a evidência mostra que o pleno emprego, ou quase, é uma situação tão rara quanto efêmera” (KEYNES, 1970, p. 239).

1.2 A segmentação do mercado de trabalho

A teoria neoclássica do mercado de trabalho considera o trabalho como sendo homogêneo, ou seja, o trabalho é um fator de produção homogêneo que não apresenta diferenciação e a quantidade utilizada e seu preço são determinados pela oferta e pela demanda.

A partir dos anos 1950³ e com mais intensidade nos anos 1960, com base na constatação da existência de significativas diferenças nos níveis de remuneração dos trabalhadores, a hipótese da homogeneidade do trabalho passou a sofrer várias críticas. Chegou-se à conclusão que o mercado de trabalho tem a particularidade de não ser um todo coeso, mas que congrega diferentes grupos com diferenciação significativa entre eles, tendo sido desenvolvida a teoria da segmentação do mercado de trabalho (RAMOS, 2012).

Entende-se por segmentação do mercado o desmembramento de um mercado em subgrupos de menor porte, sendo o mercado total formado pelo conjunto desses grupos com particularidades próprias, chamados de segmentos. Para Churchill e Peter (2000), a segmentação de mercado de trabalho consiste na separação do mercado em grupos de indivíduos que apresentam características de percepções e comportamentos parecidos dentro do mesmo grupo, mas diferentes em relação a outros grupos. Trazendo esse conceito para o mercado de trabalho, Macedo se expressa da seguinte maneira:

A segmentação será entendida no sentido mais genérico, aplicando-se a qualquer tentativa de categorização dentro do mercado de trabalho, quer na presença de uma descontinuidade bem caracterizada, quer se trate de casos em que a articulação entre as partes foi objeto de descon siderações. (MACEDO, 1982, p. 124).

É essa descontinuidade do mercado de trabalho que possibilita que trabalhadores possuidores de nível de produtividade semelhante percebam níveis de salários diferenciados. De acordo com esse parâmetro, Sedlacek, Barros e Varandas apresentam a seguinte conceituação de segmentação do mercado de trabalho:

Define-se segmentação no mercado de trabalho como sendo o conjunto de todas as situações em que existam trabalhadores, em princípio, igualmente produtivos, recebendo sistematicamente salários distintos, independentemente da origem e das causas da persistência destes diferenciais de salário ao longo do tempo. (SEDLACEK, BARROS, VARANDAS, 1990, p.87).

De acordo com Macedo (1982), os estudos sobre a segmentação do mercado de trabalho podem ser divididos em dois grandes blocos. No primeiro, estão os trabalhos de

³ Na década de 1950, dois trabalhos merecem destaque. O primeiro é o artigo de Wendell Smith (1956) que aborda a segmentação do mercado como uma estratégia de expansão das vendas e de crescimento a ser adotada pelas empresas. O segundo é o artigo de Lewis (1969), que analisa a evolução das economias subdesenvolvidas considerando uma oferta ilimitada de mão de obra. Neste artigo, ele considera a existência de uma economia dual: o setor de subsistência e o setor moderno, ligado às exportações.

caráter mais taxonômico, isto é, aqueles que buscam identificar os segmentos que constituem o mercado de trabalho com base nos elementos característicos de cada um deles o que permite estabelecer as diferenças entre os mesmos. O estudo do mercado de trabalho está focado, portanto, na descrição e na denominação (taxonomia) dos diversos segmentos que o constituem. O segundo congrega as pesquisas que procuram analisar os fatores causais desse processo. Isto é, buscam no desenvolvimento do capitalismo as raízes da segmentação. Embora os trabalhos que integram o segundo grupo possam ter um caráter mais audacioso do ponto de vista analítico, isso não lhes confere, necessariamente, uma superioridade em relação aos incluídos no primeiro grupo.

Os estudos taxonômicos identificam dois segmentos no mercado de trabalho: o mercado primário e o secundário. Para Cain (1976), o mercado primário é aquele onde os postos de trabalho são os mais atrativos, pois oferecem maiores perspectivas de promoção, maiores salários, melhores condições de trabalho, o nível tecnológico é mais avançado, as unidades de produção são de maior porte e o que é mais importante, uma maior estabilidade da relação de emprego. Em contraposição, o mercado secundário se caracteriza por incluir unidades de produção de menor porte, nível tecnológico mais atrasado, predomínio de relações personalizadas, poucas oportunidades de promoção, salários mais baixos, alta rotatividade de mão-de-obra, condições de trabalho menos satisfatória.

Para Lima (1980), o mercado secundário é composto por pequenas firmas competitivas, que não têm facilidade de acesso ao capital e à tecnologia de ponta, que não têm condições nem necessidade de promoverem cursos de qualificação de mão-de-obra e aquisição de tecnologia. Para Piore (1969), o mercado primário é caracterizado por grandes empresas com tecnologia avançada, onde os sindicatos exercem maior influência.

Para Thurow (1972, p. 66-81) as empresas tendem a dar preferência aos trabalhadores que tenham um maior nível de educação formal na seleção de seus trabalhadores. A titulação formal, no entanto, não significa necessariamente aumento na produtividade do trabalhador. Ela significa, antes, que o portador tem credenciais que são úteis à sua adaptação às normas da empresa, tais como: a persistência no alcance de objetivos e a capacidade de aceitação de treinamento. Para Doeringer e Piore (1971, p. 66-79), quando seleciona os trabalhadores primários, a empresa tem que levar em conta não só as preferências de seus trabalhadores, mas também as do grupo que os novos empregados irão se relacionar, e dos que receberão o treinamento específico. Fazendo com que os novos empregados preencham os “requisitos mínimos de aceitabilidade social”.

Além da identificação dos segmentos primário e secundário, esses autores também fazem uma distinção entre os mercados interno e externo. O mercado interno está relacionado com o mercado de trabalho específico das grandes firmas. Isto é, cada firma possui uma estrutura ocupacional que lhe é própria, onde estão definidos os postos de trabalho, hierarquicamente distribuídos, a cada um correspondendo uma exigência de qualificação e um determinado nível salarial (MACEDO, 1982).

A abordagem interpretativa dá ênfase especial ao lado da demanda na determinação das oportunidades de empregos disponibilizados. Em relação à tecnologia e à estrutura administrativa, elas definem a natureza das qualificações necessárias e os postos de trabalho que deverão ser preenchidos. A padronização do produto e a escala de produção são dois dos aspectos da tecnologia que mais influenciam esta definição. Os autores que abordam a segmentação do mercado de trabalho do ponto de vista interpretativo mostram que o segmento primário está ligado ao processo de concentração e centralização do capital, que deu origem ao surgimento dos grandes grupos econômicos. Enquanto que as empresas que compõem o segmento secundário estão inseridas na esfera do capitalismo concorrencial. Dessa forma, a segmentação do mercado de trabalho não é determinada, fundamentalmente, pelas condições de oferta da força de trabalho, mas pelas condições de demanda. Para os autores que compõem esse grupo,

as forças políticas e econômicas no capitalismo americano deram origem e perpetuaram mercados de trabalho segmentados, e que é incorreto ver as fontes de mercados segmentados como exógeno ao sistema econômico (...) as atuais divisões do mercado de trabalho são melhor compreendidas a partir de uma análise histórica de suas origens. Argumentamos que a segmentação surgiu durante a transição de competitivo para o capitalismo monopolista. (REICH, GORDON e EDWARDS, 1973, p. 359-360).

A teoria da segmentação acima sumariada esteve voltada, principalmente, para a análise do mercado de trabalho nas economias desenvolvidas. A realidade das economias subdesenvolvidas também foi objeto de investigação, tendo como marco inicial o trabalho de Lewis, anteriormente mencionado. Seguindo a contribuição de Lewis, as primeiras obras sobre o tema identificaram dois segmentos nos mercados de trabalho das economias subdesenvolvidas: o segmento tradicional ligado à produção de subsistência e o segmento moderno ligado ao crescimento das cidades e do comércio externo. O setor capitalista emprega tecnologia avançada, diferenciando-se do setor de subsistência, que utiliza tecnologia rudimentar, sendo chamado de moderno o primeiro setor e o segundo de setor tradicional. No mercado de trabalho, os modelos sugerem que o setor tradicional se constitui numa reserva de mão de obra não qualificada para o setor moderno. Quando se analisa a

estrutura tradicional dos modelos de dois setores, o crescimento do setor moderno deveria absorver a mão de obra do setor tradicional, completando o processo de desenvolvimento (GERMANI, 1974).

Duas correntes principais vão se destacar nos estudos sobre segmentação nas economias subdesenvolvidas. A primeira discute a segmentação sob um enfoque estruturalista. Esses autores mostram que nas economias capitalistas é possível encontrar modos e formas de produção que desempenha um papel na dinâmica da acumulação do capital. Nesse contexto, fazem uma crítica à visão dualista, afirmando que o capital no seu processo de desenvolvimento destrói, cria e recria antigas formas e relações de produção (OLIVEIRA, 1988).

A segunda corrente é fortemente influenciada pelos estudos da OIT, que dividem o mercado de trabalho em dois segmentos: formal e o informal.

O termo informalidade tem sido aplicado nos estudos sobre mercado de trabalho com diferentes significados e usos. De modo geral, a informalidade do mercado de trabalho pode ser compreendida como sendo constituída pelo conjunto de pessoas que se inserem produtivamente sem um vínculo de trabalho formalmente legalizado e/ou que não tem cobertura no sistema previdenciário. Alternativamente, o segmento informal é formado pelo grupo de unidades produtivas que se estabelecem à margem da legislação e das normas estabelecidas. Suas características são: contratam trabalhadores sem carteira assinada, não são registrados nas instâncias competentes, não pagam impostos, parte dos trabalhadores são autônomos que não estão inscritos na previdência social, dentre outros fatores.

Nos países subdesenvolvidos, o fenômeno da informalidade é reforçado pelo êxodo rural, quando a população busca melhorias na qualidade de vida, saindo do campo para as cidades. Essa população chega à cidade sem treinamento qualificado, não conseguindo se enquadrar no mercado formal. Na busca de sobrevivência essa população acaba fazendo qualquer tipo de trabalho para obter salário para custear as suas despesas.

A discussão sobre a informalidade surge na década de 1970. Dois estudos marcaram o início desse debate. O primeiro foi o artigo “Informal Income Opportunities and Urban Employment in Ghana” de Keith Hart de 1971⁴ sobre o mercado de trabalho de Akra (Gana). O segundo foi o relatório da Missão da Organização Internacional do Trabalho (OIT) de 1972 sobre o mercado de trabalho no Quênia. Estes dois trabalhos deram uma nova visão do

⁴ Hart apresentou inicialmente esse trabalho na Conference on Urban Unemployment in Africa, que teve lugar em 1971 no Institute of Development Studies da Universidade de Sussex. Esse artigo foi publicado no *The Journal of Modern African Studies*, v. 2, n. I, mar. 1973.

entendimento do mercado de trabalho nos países subdesenvolvidos. Esses trabalhos foram inovadores na medida em que procuraram dar uma nova abordagem sobre o mercado de trabalho nas economias subdesenvolvidas. De acordo com Barbosa:

A teorização sobre o setor informal nesses países iria muito além da mera adição de um novo setor, variável ou ângulo de análise a ser encaixado nos modelos existentes. Buscava-se então dissecar o significado desse conjunto de inserções produtivas e sociais marcadas pela heterogeneidade, as quais terminariam por imprimir novos padrões de funcionamento a tais mercados de trabalho *sui generis*. (BARBOSA, 2008, p. 106)

O texto de Hart procura responder a uma pergunta central:

O exército de reserva dos desempregados e subempregados urbanos constitui realmente uma maioria, passiva, explorada em cidades como Acra, ou suas atividades econômicas informais possuem alguma capacidade autônoma de gerar crescimento na renda dos pobres urbanos (e rurais)? (HART, 1973, p.61)

O autor estava preocupado, de um lado, em estudar a “funcionalidade” desse segmento do mercado de trabalho na dinâmica de economias como a de Acra e, de outro lado, analisar a capacidade de geração de renda desse conjunto de atividades. Na tentativa de responder a essa pergunta, o autor começa por identificar a origem do segmento informal, afirmando que: “Inflação, salários inadequados e um excedente crescente de oferta de força de trabalho no mercado urbano levaram a um alto grau de informalidade nas atividades de geração de renda do sub-proletariado.” (HART, 1973, p.61)

Hart (1973) coloca seu foco em o “mundo das atividades econômicas que transcendem a força de trabalho organizada”. Ele faz a diferenciação entre oportunidades de renda formais e informais, sendo que a primeira mencionada é retratada pelo assalariamento e a segunda pelo trabalho exercido por conta própria. Com base nos dados do censo demográfico de 1960 de Gana, bem como em informações de pesquisa de campo, ele constatou que um percentual elevado da força de trabalho de Acra está ocupada em atividades não assalariadas. Encontravam-se nessa situação 40% da população ativa masculina e 80% da feminina. Como medir o nível de desemprego nessas economias? Ele defende a ideia que o desemprego aberto não pode ser medido simplesmente levando em consideração as pessoas que não exerciam alguma atividade. É de pouca utilidade para a análise do mercado de trabalho de tais economias a categorização de assalariados, desempregados e inativos. Na verdade, nem todos que se encontram exercendo uma atividade podem ser considerados empregados, pois exercem ocupações que requerem um nível de capacitação menor do que a sua qualificação profissional, ou estão ocupados por um tempo inferior a sua disponibilidade. Para ele, os “verdadeiros desempregados” seriam aqueles que têm condições de recusar ofertas de

emprego que asseguram um nível de remuneração inferior ao que sua qualificação poderia assegurar (HART, 1973, p. 83).

O autor criticava a posição daqueles que defendem a possibilidade de uma mudança de uma situação onde predomina a informalidade para uma de pleno emprego nas áreas urbanas da periferia do capitalismo. Ele dizia que a informalidade seria uma situação permanente desde que não houvesse mudanças estruturais na economia.

Hart (1973) trabalha com a hipótese de que a demanda pelos bens e serviços ofertados pelo setor informal, seria constituída a partir de vendas ao setor formal e também pelo multiplicador da renda interna ao setor informal, lembrando que a tendência e o consumo de bens e serviços desse setor seriam relativamente estáveis ao longo do tempo.

O relatório da missão da Organização Internacional do Trabalho (OIT), aprofunda e avança aspectos analisados por Hart. Alguns aspectos devem ser destacados do documento da OIT:

- a) De um modo geral, o setor informal abrange os trabalhadores autônomos de empregos precários baseados em: atividades que utilizam pouca tecnologia, baixa acumulação de capital, quase sem distinção entre capital e trabalho, oferta de empregos instáveis e sem proteção social;
- b) O problema do desemprego é maior e mais complexo nas economias subdesenvolvidas. São identificados três classes de problemas inter-relacionados que estão na base dessa complexidade: i) insuficiência de postos de trabalho; ii) baixo nível de remuneração mesmo entre os assalariados; e iii) a baixa produtividade da força de trabalho (OIT, 1972, p. 1-2);
- c) Apesar da formulação “formal versus informal” induzir uma visão dualista do tipo “moderno versus tradicional”, o relatório trata, na verdade, das relações existentes entre esses dois segmentos, mostrando, inclusive que alguns segmentos do informal podem ter nível de produtividade superior ao vigente em algumas atividades do setor formal (OIT, 1972, p. 503). Na verdade esses dois setores não são estanques, eles mantêm fortes inter-relações entre si.

O problema de ausência de emprego disponível procede de uma estrutura econômica desequilibrada e não simplesmente de uma posição política, desse modo: “apenas elevar o nível de emprego, mantendo-se o mesmo quadro de desequilíbrio, pode inclusive agravar os problemas” (OIT, 1972, p.3). O problema também se relaciona com o padrão de distribuição da renda e da terra próprio da estrutura produtiva desses países e não apenas do desequilíbrio microeconômico.

O relatório da OIT critica a falta de apoio ao segmento informal e afirma que o problema da informalidade não está apenas na periferia urbana do capitalismo, mas também no próprio setor formal, sugerindo ainda que existe uma relação entre os setores formais e informais, e complementa que poderiam ser incentivadas novas tecnologias em trabalho. (OIT, 1972, p.6-7).

Na América Latina, a discussão sobre o setor informal começa na década 70, na esteira do documento da OIT, tendo como ponto de partida os estudos do Programa Regional do Emprego para América Latina e o Caribe.

O texto da PREALC centrava a discussão na possibilidade do desenvolvimento capitalista dos países pobres eliminarem as relações de trabalho não assalariadas, isto é, se o setor formal seria capaz de absorver o informal, transformando situações ocupacionais frágeis e de subemprego, em relações formais de trabalho, capitalistas. Araújo (2012) associa informalidade à marginalidade, onde os trabalhadores aceitavam qualquer tipo de trabalho que garantisse a sua sobrevivência, mesmo em situações fora da relação salarial. Isto é, ocupações com rendimentos abaixo da média do trabalho formal, e em condições precárias. Eram contingentes de trabalhadores não absorvidos pelo segmento capitalista na região urbana, quase na sua totalidade no setor terciário. O mercado de trabalho era caracterizado pela dicotomia entre o setor formal moderno e o setor informal atrasado.

Para Machado da Silva (2002), a questão da informalidade esteve presente no mercado de trabalho brasileiro e latino-americano, ou seja, na periferia do capitalismo, pois o processo de desenvolvimento econômico centrado na industrialização não foi capaz de inserir os trabalhadores nas relações formais de emprego. Os trabalhadores informais representavam a maior parte dos ocupados, ao contrário do que acontecia nas economias desenvolvidas. Nesses países, o pleno emprego e a universalização dos direitos trabalhistas garantiam uma “paz social”. O que havia aí era o *travail noir* ou economia subterrânea, ilegal, basicamente formada por imigrantes que aceitavam qualquer tipo de trabalho para sobreviver. Mas isso era uma exceção à regra, pois o a organização do fordismo foi acompanhada pelo forte crescimento econômico do Pós II Guerra.

A discussão sobre a informalidade chega ao Brasil ainda na década de 1970, reforçando as discussões sobre a dualidade e a marginalidade no mercado de trabalho, tendo como referência a obra de Chico de Oliveira “A economia brasileira: crítica à razão dualista”. O autor parte do pressuposto que “a expansão do capitalismo no Brasil se dá introduzindo

relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo” (OLIVEIRA, 1988, p. 36).

Segundo Oliveira (1988), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) foi importante para o desenvolvimento da economia brasileira, destacando que a intervenção do Estado foi fundamental para estimular a produção capitalista e promover sua expansão. Pois, a criação de uma política salarial, legalizada pela CLT, permitiu à burguesia um espaço significativo para aumentar a acumulação do capital. Com o salário sofrendo uma regulação pelo Estado, resultou a perda de qualidade de nível de vida ao trabalhador brasileiro e do outro lado intensificou-se a concentração de capital nas mãos dos capitalistas. A política de arrocho salarial fortalecida após o golpe militar de 1964 foi um dos elementos estruturantes da expansão capitalista no Brasil.

Chico de Oliveira (1988) lança novas luzes para o entendimento das imbricações entre a dinâmica capitalista no Brasil e as formas e relações de produção não capitalistas. Essas últimas são consideradas como funcionais, disfuncionais e afuncionais para o capitalismo na medida em que favorecem, desfavorecem ou são neutras à acumulação de capital. Assim, ele traz um elemento novo para o entendimento do processo de industrialização brasileiro, desconsiderado pela teoria cepalina. O achatamento salarial, acrescido de uma evolução urbana caótica, impôs um padrão de vida limitado para a classe trabalhadora.

Oliveira (1988) ao explicar o desenvolvimento capitalista brasileiro discordou de aspectos da tese de “substituição de importações”, defendida pela CEPAL, dizendo que o desenvolvimento do capital e sua valorização realizam-se no “mercado”, alimentada pela dinâmica de preços e pela regulação estatal da força de trabalho. O autor aborda também o tema do moderno capitalismo brasileiro, enfocando o setor agrícola informal, que apresenta um enorme quantitativo de trabalhador, ocasionando o barateamento da força de trabalho. As bases econômicas da industrialização contavam com a fixação do salário mínimo e com um programa de produção de bens de consumo duráveis e de capital para poderem ir em direção à modernização capitalista. A função da agricultura de subsistência e o seu excedente eram fundamentais para acumulação do capital, uma vez que as relações modernas de produção capitalista se apoiavam no atrasado setor agrícola. Assim, entendia-se que a agricultura atrasada financiava a industrialização e a agricultura moderna.

No final da década de setenta e início da década de 1980, surgem os primeiros trabalhos que tratavam diretamente da questão da informalidade no Nordeste (CAVALCANTI, 1978; CAVALCANTI e DUARTE, 1980a, 1980b). Na década de 1980, os trabalhos sobre a informalidade do mercado de trabalho ganham vulto, tendo em vista a

conjuntura macroeconômica nacional que impôs fortes restrições ao crescimento econômico e, em consequência, ao mercado de trabalho.

Na década de 1990, a abertura comercial e a adoção de políticas de estabilização macroeconômica resultam em forte transformação no mercado de trabalho brasileiro, com retração do emprego formal, flexibilização das relações de trabalho, precarização das condições de trabalho, terceirização dos contratos de produção e de trabalho etc. (FERNANDES, 2012). Nesse contexto, as discussões sobre informalidade incorporam novos elementos com destaque para o processo de flexibilização do mercado de trabalho.

Pois, o que ocorreu no Brasil foi que o processo de re-estruturação do mercado do trabalho se deu sobre a hegemonia do modelo fordista que previa que todos os empregados seriam inseridos no mercado de trabalho formal com a proteção universal. A flexibilização nada mais é que um processo de re-estruturação produtiva que em relação à regulamentação firma um paradigma que busca superar o paradigma fordista, no decorrer da organização dos processos de trabalho e em relação à desregulamentação do mercado e a um novo tipo de mediação e regulação do Estado nas questões sindicalistas.

1.3 Formalidade, fordismo e flexibilização

Considera-se emprego formal o vínculo empregatício devidamente registrado com carteira assinada, que garante os direitos trabalhistas assegurados pela legislação, assim como os vínculos regidos pelo regime jurídico dos servidores públicos. Durante o século XX, nas economias desenvolvidas, o crescimento do emprego se deu, *grosso modo*, com o sistema de trabalho assalariado, sob a égide do Estado do Bem-Estar Social. Para isso concorreu, também, a difusão do modelo fordista de produção.

O fordismo pode ser definido como: “as características daquilo que muitos consideram constituir-se um modelo/tipo de produção, baseado em inovações técnicas e organizacionais que se articulam tendo em vista a produção e o consumo em massa” (LARANJEIRA, 1997, p. 89). Porém, o fordismo vai além da organização da produção como é correntemente entendido. Ele constitui, na verdade, uma forma de organização da sociedade, baseada em três pilares: produção em série pela automação e consumo de massa; a intervenção do Estado; e a subordinação cooptada do trabalho ao capital. A produção em série foi obtida pela incorporação tecnológica que permitiu a fragmentação do processo de trabalho, estabelecendo uma hierarquia nos postos de trabalho. A intervenção do Estado foi assegurada pela adoção de políticas keynesianas. A subordinação do trabalho pela articulação entre o sindicato e o

patronato. A primeira experiência desse sistema foi implementada na década de 1910 por Henry Ford.

O fordismo incorpora princípios da organização do trabalho, que foram enunciados por Taylor (1995) nos seus “Princípios da Administração Científica”. Segundo esse autor, a produtividade do trabalho poderia ser aumentada no decorrer da “decomposição de cada processo de trabalho em movimentos componentes e da organização de tarefas de trabalho fragmentadas segundo padrões rigorosos de tempo e estudo de movimento.” (HARVEY, 1992, p. 121). Taylor buscou acabar com a ociosidade do operário nas fábricas, objetivando a redução dos custos de produção, aperfeiçoando e racionalizando cada tarefa, para chegar à eficiência do operário. Ele dividiu o trabalho e limitou cada operário a fazer apenas uma única tarefa repetitiva, usurpando o direito de liberdade deste operário a ter sua própria vontade de fazer sua rotina de trabalho. Com fundamentos nesses princípios, o fordismo implantou o sistema de esteira produtiva, tendo em vista o crescimento da produtividade pelo controle do tempo e do movimento de realização detalhado das etapas do processo produtivo. Além disso, Ford procurou estimular o consumo dos seus trabalhadores através da elevação de salários e do controle sobre o comportamento de seus trabalhadores fora do ambiente da fábrica. Nesse sentido, ele implantou um sistema que fazia o trabalhador receber cinco dólares em troca de oito horas de serviço, e promoveu um sistema de assistência social a fim de controlar o comportamento de consumo dos trabalhadores. Exercia, portanto, um controle sobre o trabalhador dentro e fora da fábrica.

Segundo Harvey (1992) o pós-guerra trouxe as condições necessárias para a expansão do fordismo. Houve um forte crescimento da demanda interna e externa, requerendo um aumento da produção para a expansão da economia. Os norte-americanos procuravam mercados externos para complementar a demanda efetiva interna, utilizando para isto o Plano Marshall (ajuda norte-americana enviada com enormes recursos financeiros para a reconstrução da Europa, devastada após a segunda guerra mundial). Isso permitiu a difusão do modelo fordista, ocasionando a formação de mercados de massa global. Por outro lado, a difusão da teoria Keynesiana forneceu elementos para justificar uma maior presença do Estado. Internamente, nos Estados Unidos, assiste-se à ascensão do movimento sindical que buscava alianças com o patronato para garantir ganhos salariais aos trabalhadores. E nos meados da década de 1960 e início da década de 1970, com a crise do petróleo mundial ficou nítida a inabilidade do fordismo de sustentar as contradições inesperáveis ao capitalismo. A única resposta flexível propriamente dita foi em relação à política monetária que para manter

a economia estável o Estado começou a imprimir papel moeda. A partir disso começou a onda inflacionária que ditou o fim da expansão do pós-guerra.

O crescimento da inflação no início da década de 1970 era notório. Na tentativa de frear esse crescimento, o governo norteamericano adotou medidas contracionistas que contribuíram ainda mais para o agravamento da recessão econômica. A crise evidenciou o esgotamento da capacidade do Estado em continuar estimulando a produção e o consumo através de políticas fiscais expansionistas. Assim, o fordismo que permitiu a recuperação e expansão da economia dos países capitalistas nos pós-guerra transformou-se em virtude de sua rigidez, na causa de crise dos anos 1970. Tem-se, desse modo, a necessidade de se passar de, uma economia marcada pela rigidez para uma produção flexível alicerçada em economia de acumulação flexível, Segundo Harvey a acumulação flexível constitui:

... um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto em setores como em regiões geográficas. (HARVEY, 1992, p. 140).

A rigidez no processo de produção padronizada em massa de linha de montagem será substituída pela flexibilidade dinâmica no processo produtivo, onde os sistemas de produção reprogramável atendem às flexibilidades do produto e do processo de trabalho (CASTELLS, 1999).

No caso brasileiro, o crescimento do emprego assalariado se dá no bojo do processo de industrialização (BARBOSA, 2008). Tendo no aparelho estatal um dos seus pilares, dentre outros fatores por ter sido provedor da infraestrutura, disponibilizador de recursos e regulador das relações entre capital e trabalho (BRUM, 1988; ABREU, 1990). Destaca-se aqui a ação do Estado enquanto regulador das relações de trabalho. Na década de 1930 foi criado o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), no governo de Getúlio Vargas, que tinha como objetivo a fiscalização das relações trabalhistas assalariadas que ocorreriam nas empresas brasileiras, como forma de atenuar os conflitos entre o capital e o trabalho. Nesse sentido é lançada a Consolidação das Leis do Trabalho ainda no período do Estado Novo, vigente até os dias atuais.

Nos anos 1950 e 1970, o emprego formal alcançou um crescimento expressivo no Brasil. A dinâmica econômica nacional foi dirigida pelo processo fordista de industrialização, esperando-se que tal como aconteceu nos países desenvolvidos tal modelo asseguraria que a maioria da força de trabalho estaria inserida no mercado de trabalho formal e teria a cobertura

do Estado do Bem-Estar Social. Mas isso de fato não aconteceu, mesmo os empregados do Brasil tendo a proteção da CLT. Durante o período do milagre brasileiro, particularmente, acreditava-se que o forte ritmo de crescimento experimentado pela economia brasileira aqueceria o mercado formal. Seria a era de modernização e o início de uma época que daria o pontapé inicial para novas fronteiras de realizações trabalhistas, onde a informalidade seria reduzida e o setor moderno (formal) seria o carro chefe desta transformação. No entanto, o “milagre econômico” não foi capaz de gerar o volume de emprego necessário para absorver a massa de trabalhadores provenientes do campo, atraída pelo processo de industrialização e de urbanização.

A desaceleração do ritmo de crescimento da economia brasileira decorrente da crise do petróleo foi uma primeira freada nessa expectativa positiva, que foi efetivamente extinta com a crise externa, desencadeada no início da década de 1980. Com efeito, essa década foi marcada tanto pela desaceleração econômica quanto pela escalada inflacionária. A ação do governo brasileiro esteve focada no combate à inflação, tirando qualquer chance de ter uma política pública direcionada à proteção do emprego. Assim, na década de 1980, conhecida como a “década perdida”, inicia-se um período de constrangimento para o mercado de trabalho brasileiro (FERNANDES, 2012).

Na década de 1990, tais constrangimentos são acentuados. O cenário do emprego formal torna-se sombrio, como decorrência do novo modelo de condução da economia brasileira, focado em garantir as condições de estabilidade macroeconômica e na abertura comercial (BALTAR e LEONE, 2007). A ênfase foi dada à reestruturação produtiva, baseada tanto na incorporação de tecnologia quanto nas formas de gestão da força de trabalho. Há, assim, um progressivo abandono do padrão fordista de organização da produção e a incorporação dos princípios da flexibilização da produção e das relações de trabalho. A flexibilização nada mais é que um processo de re-estruturação produtiva que busca superar o paradigma fordista, no decorrer da organização dos processos de trabalho, imprimindo a desregulamentação do mercado e restringindo a regulação do Estado nas questões sindicalistas.

O processo de precarização/flexibilização do trabalho, surge com a hegemonia do capital financeiro, cuja ideia central era a qualquer custo “fazer mais dinheiro” do dinheiro e pelo dinheiro, sendo abandonada a perspectiva de gerar emprego através da produção em massa de mercadorias. A especulação financeira destruiu os laços trabalhistas, a solidariedade social, decorrente de uma desenfreada concorrência internacional sem nenhum tipo de regulação. Com isso foi abandonado o padrão da sociedade do pleno emprego e do Estado do

bem-estar social. Surge um novo padrão caracterizado pela ampliação do desemprego e pelas formas precárias de trabalho. Para Castel (1998), a vulnerabilidade social se tornou presente, pois a precarização do trabalho estava sendo o componente central do desenvolvimento capitalista neste momento de especulação financeira. Várias mudanças ocorrem, como: o modelo trabalhista de relações salariais instáveis, demissão em massa gerando a insegurança e predominância de trabalhos precários. Tudo isso abalou a estrutura do Bem-Estar Social (CASTEL, 1998).

Na década de 2000, no Brasil, houve uma reversão da tendência com o crescimento do emprego formal, alavancado pelo crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e por medidas de proteção e de estímulo à criação de postos de trabalho. Essa expansão do emprego formal, no entanto, se dá no contexto de flexibilização que introduziu elementos de precarização das relações de trabalho, mesmo no segmento formal do mercado de trabalho. É, nesse contexto, que se interroga sobre a qualidade do emprego formal no Nordeste e no Rio Grande do Norte. Para responder a essa pergunta, o presente trabalho ancora-se no índice de qualidade do emprego formal (IQEF), cuja metodologia será apresentada no capítulo seguinte.

CAPÍTULO II

METODOLOGIA DO CÁLCULO DO ÍNDICE DA QUALIDADE DE EMPREGO FORMAL (IQEF)

Segundo Carrasco (2002), o termo "qualidade" implica em um "juízo de valor", pois por qualidade entende-se um conjunto de valores agregados inerentes a algo, que permite valorizá-la em comparação com outras variáveis: maior, menor ou igual valor. Essa variação demonstra que os empregos podem ter uma qualidade melhor, menor ou igual, podendo ser definidos também como empregos de elevada qualidade, ou de boa qualidade e de razoável qualidade. Desse modo, classificar os empregos significa hierarquizar o mercado de trabalho segundo os tipos de emprego existentes. Assim, avaliar emprego, significa saber diferenciar empregos de maior qualidade e empregos que apresentam menor qualidade.

Neste capítulo, são apresentados os procedimentos metodológicos adotados para mensurar a qualidade do emprego formal no Rio Grande do Norte e no Nordeste, através do cálculo do IQEF. Foi escolhido o período entre 2001 e 2010 em virtude das características apresentadas pelo desempenho do mercado de trabalho nesse período, contrapondo-se ao ambiente de deterioração apresentado na década anterior.

Os dados utilizados para o cálculo do Índice de Qualidade de Emprego Formal (IQEF) foram obtidos na base de dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), mantida pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

O IQEF compreende a média aritmética simples de quatro indicadores que seguem padrão desenvolvido por Campos (2000): grau de instrução, média salarial, desconcentração salarial e taxa de rotatividade.

O levantamento de informações para a composição do banco de dados forneceu o total de empregados em cada setor de atividade econômica segundo o IBGE no mês de dezembro de cada ano, para o Rio Grande do Norte e para a região Nordeste. Com esses dados foi possível calcular os índices parciais, a seguir listados:

- a) Distribuição do grau de instrução para cada ano de interesse do estudo, referente ao Rio Grande do Norte e ao Nordeste;
- b) Total de indivíduos admitidos nos anos de interesse do estudo, no Rio Grande do Norte e no Nordeste;
- c) Remuneração média no mês de dezembro de cada ano de interesse do estudo, em salários mínimos, do Rio Grande do Norte e do Nordeste;

- d) Número de empregados, para cada ano de interesse do estudo, do Rio Grande do Norte e do Nordeste com remuneração média superior a dois salários mínimos;

Após o levantamento dos dados foi encontrado um índice preliminar para cada indicador selecionado, nos anos de interesse do estudo. Primeiramente, para o Rio Grande do Norte e depois para o Nordeste. Segundo Campos (2000), a fórmula utilizada para o cálculo do índice preliminar, tem a seguinte expressão:

$$i = \frac{VO - PV}{MV - PV} \quad (6)$$

onde:

VO é o valor observado,

PV e *MV* são os piores e melhores valores possíveis, respectivamente.

O valor de cada “*i*” se situa num intervalo entre 0 e 1.

Conforme Campos:

“Os piores e melhores valores, respectivamente, são atribuídos aleatoriamente, mas de forma lógica, dentro das possibilidades de determinado índice”. (CAMPOS. 2000, p.9).

2.1 METODOLOGIA PARA OBTENÇÃO DO VALOR OBSERVADO PARA OS QUATRO INDICADORES

A metodologia para obtenção dos valores observados de cada índice preliminar está descrita abaixo:

O **Grau de Instrução** se obteve com o somatório da multiplicação do número de trabalhadores de cada atividade econômica para cada ano de interesse pelo número médio de anos de estudos desses trabalhadores pertencentes a esta atividade econômica, dividido pelo número total de empregados para aquela atividade econômica.

A **Média Salarial** foi obtida com o somatório da multiplicação do número de trabalhadores de cada atividade econômica para cada ano de interesse vezes o valor médio da faixa salarial em salários mínimos desses trabalhadores, dividido pelo número total de

empregados para aquela atividade econômica, excluídos os empregados cuja faixa salarial tenha sido classificado como “ignorados”.

Ressalta-se que foi considerado o valor real do salário mínimo (deflacionado pelo IPC, tendo como base o ano de 2010) para se achar a renda média real por ano, de forma a deixar o Valor Observado (VO) de acordo com a realidade e exatidão de cada ano.

A **Desconcentração Salarial** foi obtida que a utilização do índice de Gini, que consiste em um intervalo entre 0 e 1, onde 0 corresponde a completa igualdade da renda (renda igual para todos) e 1 se relaciona com a total desigualdade de renda (apenas uma única pessoa detém toda a renda), este índice é expresso em percentuais. Como a interpolação considerou como melhor valor o Gini igual a 0 e o pior valor o Gini igual a 1, denomina-se esse índice como sendo de desconcentração salarial. A partir disso foi encontrado o Valor Observado (VO).

Para se obter a **Taxa de Rotatividade** dividiu-se o número de pessoas admitidas, para cada atividade econômica durante o ano de interesse, pelo total de empregados de cada atividade econômica.

2.2 METODOLOGIA DA ADOÇÃO DOS MELHORES E PIORES VALORES PARA OS QUATRO INDICADORES

2.2.1 – Grau de Instrução

Estabeleceu-se como parâmetro que o pior valor seria igual a zero e corresponderia a nenhum ano de estudo, ou seja, analfabeto; enquanto que o melhor valor considerado seria 15 anos e corresponderia ao nível superior completo.

2.2.2 – Média Salarial

O valor de 0,5 salários mínimos ficou estabelecido como o pior valor e os acima de 20 salários mínimos ficou como sendo o melhor valor para a média salarial dos trabalhadores.

2.2.3 – Desconcentração Salarial

Estabeleceu-se como parâmetro que o pior valor seria igual a 1; enquanto que o melhor valor considerado seria 0.

2.2.4 – Taxa de Rotatividade

Estabeleceu-se como parâmetro que o pior valor seria igual 0 (zero), porque isto significa a não ocorrência de admissões de novos trabalhadores; enquanto que o melhor valor considerado seria 100, pois retrataria uma elevada capacidade de absorção por parte do setor produtivo.

2.3 METODOLOGIA PARA OBTENÇÃO DOS ÍNDICES PRELIMINARES DOS QUATRO INDICADORES

De posse dos VO's, PV's e MV's para cada indicador e para cada setor de atividade e, ainda para cada ano de estudo e área geográfica, encontra-se o índice preliminar conforme exemplo nas fórmulas abaixo:

Exemplo para os indicadores Grau de Instrução, Média salarial, Concentração Salarial e Taxa de Rotatividade para o setor da indústria extrativa mineral no estado do Rio Grande do Norte no ano de 2001.

$$IprelgrInstRN2001_{extmin} = \left(vr_{obs\ grinstrextmin} - pior\ vr_{grinstrextmin} \right) / \left(melhor\ vr_{grinstrextmin} - pior\ vr_{grinstrextmin} \right) \quad (7)$$

$$IprelmdsalRN2001_{extmin} = \left(vr_{obs\ mdsalextmin} - pior\ vr_{mdsalextmin} \right) \div \left(melhor\ vr_{mdsalextmin} - pior\ valor_{mdsalextmin} \right) \quad (8)$$

$$Iprelconc\ salRN2001_{extmin} = \left(v_{robs\ concsalextmin} - pior\ v_{concsalextmin} \right) \div \left(melhor\ v_{concsalextmin} - pior\ valor_{concsalextmin} \right) \quad (9)$$

$$IpreltxrotlRN2001_{extmin} = \left(v_{robs\ txrotextmin} - pior\ v_{txrotextmin} \right) \div \left(melhor\ v_{txrotextmin} - pior\ valor_{txrotextmin} \right) \quad (10)$$

Onde:

IprelgrInstRN2001_{extmin} - Índice preliminar do grau de instrução da atividade extrativa mineral para o Rio Grande do Norte no ano de 2001.

Vrobsgrinstrextmin - Valor observado do grau de instrução para a atividade extrativa mineral para o Rio Grande do Norte no ano de 2001.

Melhor vrgrinstrextmin – Melhor valor adotado como parâmetro do grau de instrução para a atividade extrativa mineral para o Rio Grande do Norte no ano de 2001.

Pior vrgrinstrextmin – Pior valor adotado como parâmetro do grau de instrução para a atividade extrativa mineral para o Rio Grande do Norte no ano de 2001.

IprelmdsalRN2001_{extmin} – Índice preliminar da média salarial da atividade extrativa mineral para o Rio Grande do Norte no ano de 2001

Vrobsmdsalextmin – Valor observado da média salarial para a atividade extrativa mineral,

Pior vrmdsalextmin – Pior valor adotado como parâmetro da média salarial para a atividade extrativa mineral.

Melhor vrmdsalextmin – Melhor valor adotado como parâmetro da média salarial para a atividade extrativa mineral.

IprelconcsalRN2001extmin – Índice preliminar da desconcentração salarial da atividade extrativa mineral para o Rio Grande do Norte no ano de 2001

Vrobsconcsalextmin – Valor observado da desconcentração salarial para a atividade extrativa mineral.

Pior vrconcsalextmin – Pior valor adotado como parâmetro da desconcentração salarial para a atividade extrativa mineral.

Melhor vrconcsalextmin – Melhor valor adotado como parâmetro da desconcentração salarial para a atividade extrativa mineral.

IpreltxrotRN2001extmin – Índice preliminar da taxa de rotatividade da atividade extrativa mineral para o Rio Grande do Norte no ano de 2001.

Vrobstxrotextmin – Valor observado da taxa de rotatividade para a atividade extrativa mineral. **Pior vrtxrotextmin** – Pior valor adotado como parâmetro da taxa de rotatividade para a atividade extrativa mineral.

Melhor vrtxrotextmin – Melhor valor adotado como parâmetro da taxa de rotatividade para a atividade extrativa mineral.

Estas expressões foram estendidas para todos os outros setores de atividade econômica, e em todos os anos de interesse do estudo e procedimento similar se adotou para a região Nordeste.

Assim, existem para cada indicador 8 índices preliminares para cada ano de estudo e cada área geográfica, conforme Quadros 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8 do Apêndice.

Uma vez obtidos os índices preliminares, pode-se encontrar os índices parciais dos setores das atividades econômicas, efetuando-se a média aritmética simples destes índices preliminares, conforme expressões explicativas abaixo:

Fórmula para encontrar os índices parciais para os indicadores: Grau de Instrução, Média salarial, Desconcentração Salarial e Taxa de Rotatividade para o Rio Grande do Norte no ano de 2001 para o setor de Extrativismo Mineral.

$$I_{\text{parcgrInstRN2001}} = \left(\begin{array}{l} I_{\text{prelgrInstRN2001ExtMin}} + I_{\text{prelgrInstRN2001Ind}} \\ + I_{\text{prelgrInstRN2001ServIndUP}} + I_{\text{prelgrInstRN2001ConstCiv}} \\ + I_{\text{prelgrInstRN2001Com}} + I_{\text{prelgrInstRN2001Serv}} \\ + I_{\text{prelgrInstRN2001AdmPub}} + I_{\text{prelgrInstRN2001Agrop}} \end{array} \right) \div 8 \quad (11)$$

$$I_{\text{parcMedSalRN2001}} = \left(\begin{array}{l} I_{\text{prelMedSalRN2001ExtMin}} + I_{\text{prelMedSalRN2001Ind}} + \\ + I_{\text{prelMedSalRN2001ServIndUP}} + I_{\text{prelMedSalRN2001ConstCiv}} \\ + I_{\text{prelMedSalRN2001Com}} + I_{\text{prelMedSalRN2001Serv}} + \\ + I_{\text{prelMedSalRN2001AdmPub}} + I_{\text{prelMedSalRN2001Agrop}} \end{array} \right) \div 8 \quad (12)$$

$$I_{\text{parcConcSalRN2001}} = \left(\begin{array}{l} I_{\text{prelConcSalRN2001ExtMin}} + I_{\text{prelConcSalRN2001Ind}} + \\ + I_{\text{prelConcSalRN2001ServIndUP}} + I_{\text{prelConcSalRN2001ConstCiv}} \\ + I_{\text{prelConcSalRN2001Com}} + I_{\text{prelConcSalRN2001Serv}} + \\ + I_{\text{prelConcSalRN2001AdmPub}} + I_{\text{prelConcSalRN2001Agrop}} \end{array} \right) \div 8 \quad (13)$$

$$I_{\text{parcTxRotRN2001}} = \left(\begin{array}{l} I_{\text{prelTxRotRN2001ExtMin}} + I_{\text{prelTxRotRN2001Ind}} \\ + I_{\text{prelTxRotRN2001ServIndUP}} + I_{\text{prelTxRotRN2001ConstCiv}} \\ + I_{\text{prelTxRotRN2001Com}} + I_{\text{prelTxRotRN2001Serv}} \\ + I_{\text{prelTxRotRN2001AdmPub}} + I_{\text{prelTxRotRN2001Agrop}} \end{array} \right) \div 8 \quad (14)$$

Onde:

$I_{\text{parcgrInstRN2001}}$ - índice parcial do Grau de instrução para o Rio Grande do Norte no ano de 2001.

$I_{\text{parcMedSdRN2001}}$ - índice parcial da Média salarial para o Rio Grande do Norte no ano de 2001.

$I_{\text{parcConcSalRN2001}}$ - Índice parcial da desconcentração Salarial para o Rio Grande do Norte no ano de 2001.

$I_{\text{parcTxRotRN2001}}$ - Índice parcial da Taxa de Rotatividade para o Rio Grande do Norte no ano de 2001.

Os índices parciais dos anos de interesse restantes, que comporão o IQEF do Rio Grande do Norte, foram encontrados de forma similar. Procedimento semelhante foi adotado para a região Nordeste. No total são quatro índices parciais por ano para o Rio Grande do Norte e quatro índices parciais para o Nordeste, conforme Quadros 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8 do Apêndice.

2.4 METODOLOGIA PARA O CÁLCULO DO IQEF.

O IQEF é calculado baseado nos índices parciais dos quatro indicadores, conforme exemplo da fórmula abaixo para o Rio Grande do Norte no ano de 2001:

$$IQEF_{RN2001} = \left(I_{\text{parcgrInstRN2001}} + I_{\text{parcmedsalRN2001}} + I_{\text{parconcsalRN2001}} + I_{\text{parcTxRotRN2001}} \right) \div 4 \quad (15)$$

Onde:

$IQEF_{RN2001}$ = Índice de Qualidade do Emprego Formal para o Rio Grande do Norte no ano de 2001.

De forma similar encontrou-se o IQEF para a região Nordeste nos anos de interesse.

No capítulo seguinte, antes de apresentar os resultados e as análises dos índices calculados, será feita uma apresentação de aspectos gerais do mercado de trabalho do Rio Grande do Norte e do Nordeste.

2.5 LIMITAÇÕES DO IQEF

O Índice de Qualidade do Emprego Formal como todo índice apresenta algumas restrições. Dentre elas podem ser apontadas:

a) por se tratar de uma média aritmética simples, os quatro indicadores que o compõem são considerados como tendo o mesmo peso na determinação da qualidade do emprego, o que é uma forte limitação;

b) a base de dados não permite verificar se o emprego formal captado pelo instrumento de coleta é na verdade um emprego terceirizado ou não, o que camufla o processo de precarização do mercado de trabalho, sobretudo em se tratando do Nordeste e do Rio Grande do Norte onde o crescimento industrial foi comandado por empresas têxteis e coureiro-calçadistas que utilizam largamente o processo de terceirização da produção (MOUTINHO, 2004);

c) a definição dos piores e melhores valores para os indicadores não resulta de um critério puramente objetivo, pois valorações subjetivas não deixam de se fazer presentes;

d) a base de dados da RAIS não considera variáveis importantes para caracterização da qualidade de emprego tais como risco de acidente, condições de salubridade, etc.;

e) por fim, por se tratar de um instrumento de coleta cujos dados podem ser utilizados para fins de fiscalização e de tributação e são declarados diretamente pelas empresas, o nível de confiabilidade dos dados declarados não é, provavelmente, o mais elevado.

Este índice não oferece uma medida rigorosa para avaliar a qualificação do emprego formal, pois é quase impossível conseguir essa perfeição. Apesar das limitações, o IQEF mede de forma aproximada a qualidade do emprego formal da mão de obra. E por isso foi adotado nessa pesquisa.

CAPÍTULO III

ASPECTOS GERAIS DO MERCADO DE TRABALHO FORMAL DO NORDESTE E DO RIO GRANDE DO NORTE

Este capítulo tem como objetivo fazer uma apresentação de aspectos gerais do mercado de trabalho nordestino e potiguar, com ênfase no segmento formal, objetivando traçar um panorama que sirva para subsidiar as discussões sobre o IQEF no próximo capítulo.

3.1 Elementos da formação do mercado de trabalho nordestino e potiguar

O Nordeste, após o descobrimento, desenvolveu várias atividades econômicas, tendo como primeira atividade significativa a extração e a comercialização do pau Brasil, executadas, principalmente, pelos corsários franceses. Só em 1532 a coroa portuguesa tomou a iniciativa de promover a efetiva ocupação do território brasileiro, tendo como base dessa ocupação a exploração da lavoura canavieira. Implantada inicialmente em Pernambuco e Bahia, aos poucos foi se difundindo pelas outras capitanias. A cultura da cana de açúcar e a produção de açúcar tornaram-se a principal atividade produtiva do Nordeste, tendo como atividades complementares a pecuária e a produção de lavouras alimentares. A plantation canavieira teve como uma de suas características principais a utilização da mão de obra escrava, elemento que retardou a constituição de um mercado de trabalho tanto em nível nacional quanto regional (BARBOSA, 2008).

No Rio Grande do Norte, a exploração da cana de açúcar foi retardada, em virtude de três fatores principais: a) a presença mais marcante dos corsários franceses responsáveis pela extração e pelo comércio do pau Brasil, contando com o forte apoio dos índios potiguaras; b) insucesso inicial da colonização da capitania do Rio Grande do Norte só sendo efetuada em 1598; e c) pequena proporção do território coberto pela Mata Atlântica. Em decorrência, só no início do século XVIII é que foi instalado o primeiro engenho no RN, o Cunhaú. Houve, no entanto, uma rápida expansão, de modo que em meados do século XIX há o registro de 174 engenhos, todos situados na zona da Mata do Estado. (FELIPE e CARVALHO, 2002).

Apesar da implantação tardia da atividade canavieira no Estado, ela assumiu a condição de um dos mais importantes produtos da agricultura potiguar (TAKEYA, 1985; CLEMENTINO 1995; FELIPE e CARVALHO, 2002).

O processo de ocupação do interior nordestino foi comandado pelo avanço da pecuária. Esse avanço foi uma decorrência da expansão canavieira que determinou, de um lado, o incremento da necessidade de animais de tiro e de produtores da pecuária (carne e leite) para a alimentação humana e, de outro lado, a premência de incorporação de mais terras para expandir os canaviais. Assim, ocorreu uma divisão espacial do trabalho⁵, cabendo à cana de açúcar os espaços mais úmidos da Zona da Mata e à pecuária os espaços semiáridos interioranos.

Ao contrário da lavoura canavieira que concentrou riqueza e população, a pecuária teve como característica a dispersão espacial e a formação de uma sociedade menos opulenta. No dizer de Capistrano de Abreu, a fundação de uma fazenda não requeria grandes somas de capitais. Para instalar uma fazenda era necessário apenas construir uma casa de pau a pique, um curral e algumas reses. Com isso estava ocupada uma área de três a quatro léguas (ABREU, 2000). Desse modo, ao contrário da lavoura canavieira que concentrou riqueza e população no litoral nordestino, a pecuária teve como característica a dispersão espacial da população e a formação de uma sociedade menos opulenta.

A propagação da pecuária no Nordeste teve início propriamente no início do século XVII, a partir de dois pontos de disseminação: o primeiro foi a capitania de Pernambuco ocupando os “sertões de dentro”, e o segundo foi a capitania da Bahia ocupando os “sertões de fora”. Nesse processo, merece destaque o papel desempenhado pela Casa da Torre, grande propulsora da pecuária pelos sertões do Nordeste.

A expansão da pecuária no Rio Grande do Norte foi um transbordamento da pecuária paraibana. Ela teve lugar no início do século XVIII, seguindo as trilhas do rio Piranhas-Açu. Várias cidades do Estado tiveram a sua origem, precisamente, no poder de aglutinação de algumas fazendas de gado, a exemplo de Açu, Alexandria, Caicó, Cruzeta, Mossoró, etc. No caso específico do Rio Grande do Norte, não se deve esquecer a importância que teve a atividade de charqueamento, isto é a produção de carne seca, principalmente na região de Açu e Mossoró. De acordo com Araújo (1994):

O transporte do charque era feito por via marítima até Recife. De lá o charque era conduzido para Salvador e distribuído para as regiões consumidoras. Vale também ser considerado que, a carne charqueada na Capitania do Rio Grande chegou a ser enviada para a Europa nos anos correspondentes às décadas de 1750 e 1760. A expansão da manufatura da carne bovina se estendeu no transcorrer da segunda metade do século XVIII, o que começou a provocar reações por parte do governo da província de Pernambuco que pretendia manter o monopólio da carne na região. A atividade de charqueamento evoluiu de tal maneira que, no decurso dos anos de

⁵ Convém lembrar que essa separação especial das atividades açucareira e pecuária correspondia aos interesses da coroa portuguesa ligados à produção e exportação do açúcar. Por isso, em 1701, uma carta régia proibiu a criação de gado a menos de 10 léguas do litoral.

1780 “a capitania potiguar já produzia tanta carne seca que parecia prejudicar o fornecimento de gado em pé para o mercado de Recife, o que, somado a outros motivos, provocou a tomada de uma medida radical por parte do governador de Pernambuco D. José Tomás de Melo, em 1788, mandando fechar as oficinas de Açú e Mossoró.” (SANTOS, 1994, p. 65).

Um maior adensamento populacional do sertão potiguar só vai ocorrer no século XIX com a difusão da cotonicultura (FELIPE e CARVALHO, 2002), dando origem ao que Mario Lacerda de Melo e Manuel Correia de Andrade chamaram do sistema gado-algodão (MELO, 1978; ANDRADE, 2011).

Na segunda metade do século XIX, não só no Rio Grande do Norte mas em todo Nordeste, uma nova lavoura passa a compartilhar os espaços interioranos com a pecuária e a incipiente lavoura alimentar. Trata-se da cotonicultura. Com efeito, impulsionada pela indústria têxtil inglesa e pela guerra da secessão nos Estados Unidos, a lavoura do algodão passou a integrar as formas de uso do solo em todo o interior do Nordeste (OLIVEIRA, 1988). A difusão da cotonicultura teve impactos significativos na organização do espaço socioeconômico regional: possibilitou o adensamento econômico e populacional de toda região semiárida; difundiu as relações de parceria e arrendamento; introduziu um fluxo monetário importante; ativou o comércio e multiplicou as unidades de beneficiamento da fibra⁶; motivou a expansão da estrada de ferro, tendo em vista o escoamento da produção, etc.

Convém lembrar que a expansão da cotonicultura esteve articulada com o impulso de industrialização regional que teve lugar no final do século XIX e no início do século XX, na medida em que a instalação de fábricas têxteis, em vários estados nordestinos, ocorreu nessa época. Contribuindo, inclusive, para estabelecer uma das características da indústria regional dessa época que era a forte articulação da atividade industrial com a agropecuária (MACEDO, 1986).

A cotonicultura teve importância econômica no início do processo de formação do mercado nacional em fins do século XIX, em decorrência da afirmação de um núcleo capitalista sediado no Sudeste do país. Este núcleo foi o principal mercado consumidor do algodão mocó, produzido em alta escala no Rio Grande do Norte (CLEMENTINO, 1987). A

⁶ O beneficiamento do algodão consistia, inicialmente, na separação da fibra do coração o que era realizado inicialmente através de máquinas rudimentares, chamadas “bolandeiras”, movidas por tração animal e, posteriormente, por máquinas a vapor. Segundo Santos (1994), em 1922, pela Diretoria do Serviço do Algodão do Rio Grande do Norte que “funcionavam no estado 396 descaroçadores de algodão, sendo 297 movidos a vapor e 99 à tração animal.” Foi exatamente neste momento que começou a se perceber uma certa preponderância do município de Jardim do Seridó como sendo uma área de visível tendência ao desenvolvimento industrial visto que, o município citado encontrava-se em um estágio mais acentuado em relação aos demais municípios seridoenses. Em 1922, dos 396 descaroçadores de algodão em funcionamento no Rio Grande do Norte, “o maior número funcionava em Jardim do Seridó com 36 acionados a vapor e 25 a força animal”.

atividade cotonicultora foi fundamental para a economia, alcançando o status de relevância para a estrutura de poder estadual por várias décadas, apenas sendo afetada pela crise no período da Segunda Guerra Mundial. Segundo Clementino (2003, p. 391) na década de 1980, a cotonicultura sofreu um golpe mortal com a disseminação da praga do bicudo que dizimou essa lavoura.

Outra atividade que teve destaque no Rio Grande do Norte foi a exploração comercial do sal que se desenvolveu, mais exatamente, nas cidades de Mossoró, Areia Branca, Açú e Macau. Segundo Andrade (2011), a forte exploração de sal do Rio Grande do Norte se deu por vantagens naturais, como: ventos litorâneos, temperaturas muito elevadas, baixa precipitação pluviométrica e umidade do ar, tornando o estado do Rio Grande do Norte o maior produtor nacional deste produto.

Até a primeira metade do século XX as economias nordestina e potiguar permaneceram, fundamentalmente, como agroexportadora, apesar do surgimento de algumas empresas industriais como citado anteriormente. Esse cenário sofreu uma transformação significativa com a política de desenvolvimento regional preconizada pelo GTDN e implantada pela SUDENE, como base nos seus planos diretores (OLIVEIRA, 1988). Segundo Guimarães (1997):

O Nordeste mudou, tornou mais diversificada a sua base produtiva, acolheu atores sociais e capitais de fora da região, criou e consolidou focos de modernização e integrou-se à dinâmica nacional (GUIMARÃES, 1997).

A análise da evolução da economia da região Nordeste mostra que, excluído a fase inicial do ciclo açucareiro, essa região integrou a periferia da economia nacional. Com a implantação das políticas de desenvolvimento implementadas pela Sudene, essa região passou a integrar de forma mais ativa o mercado interno brasileiro, suavizando as raízes da desigualdade regional. Com o processo recente de concentração/desconcentração verifica-se a presença cada vez mais ativa de grandes frações do capital nas chamadas periferias, passando a definir o seu dinamismo (GUIMARÃES, 1997).

Diniz (2000) lembra estudos que identificaram vantagens comparativas do Nordeste em alguns setores produtivos, baseadas na reestruturação e modernização de complexos industriais especializados e no agronegócio. Para isso foi necessária a participação das autoridades públicas, podendo ser na difusão de incentivos fiscais regionais, ou, através da provisão de infraestrutura econômica e da formação e desenvolvimento de recursos humanos na Região. Guimarães (1997) ressalta que as mudanças ocorridas na economia nordestina, referente a capitais público e privado de fora da região, possibilitaram o surgimento e a consolidação das áreas dinâmicas, dos complexos ou polos industriais, dos polos

agroindustriais, resultando na maior heterogeneidade da economia regional, e especializações que passaram a influir na dinâmica da economia Nordeste.

A respeito do impacto dessas ações no Rio Grande do Norte, Clementino afirma que:

Somente na década de 70 ocorreram algumas transformações nesse espaço regional particular. Assistem-se a transformações da base produtiva e da estrutura social sem precedentes na história econômica do RN. Os sinais da transformação na estrutura produtiva fazem-se presentes em todos os setores. Para isso, muito contribuíram os incentivos fiscais concedidos pela extinta SUDENE. (2003, p. 391).

A implantação de um polo industrial têxtil e de confecções na capital e no seu conglomerado ocorreu na década de 1970, articulado à cotonicultura do Rio Grande do Norte. Os empreendimentos industriais instalados na década em questão foram Borborema, Guararapes, Soriedem, Alpargatas dentre outras. Isto tudo com a ajuda do Estado, gerando empregos neste setor. Os incentivos oficiais, o baixo nível de organização sindical e os baixos salários foram decisivos para a implantação de empreendimentos no setor têxtil e de confecções. Um aspecto marcante no setor têxtil é a presença feminina no seu operariado, tornando a cidade de Natal numa paisagem humana muito peculiar. Segundo Lopes Jr.,

Essa paisagem peculiar, dominada por mulheres, foi a produção culturalmente mais significativa da industrialização local. Submetidas as relações de trabalho marcadas pela repressão, patriarcalismo e machismo, essas trabalhadoras reagiram instituindo redes de sociabilidade que deixaram marcas. Anos depois, quando a desindustrialização prematura aborta a industrialização tardia, as fabriquetas de confecção de fundo de quintal e os grupos de “sacoleira” se constituirão a partir de laços construídos nesse período. (...) industrialização local fosse fortemente marcada pela presença das mulheres nos espaços urbanos. Um elemento a mais para soldar a imagem de cidade ‘aberta’ e ‘moderna’ imagem essa trabalhada fortemente no processo de produção turística de Natal. (LOPES JÚNIOR, 2000: 37-38).

Em relação a esse quadro feminino operário local em Natal, é importante dizer que se tratava de um efetivo operário que auferia níveis salariais muito baixos quando comparados ao mesmo setor em outras unidades da federação, sobretudo nas sediadas no Sudeste do país.

Em decorrência da industrialização, foram adotadas políticas voltadas para a construção habitacional, alavancando a atividade da construção civil, ocasionando oportunidade de empregos e de moradia para os contingentes populacionais que migraram para a capital do Rio Grande do Norte.

Nas décadas de 1970 e 1980, Natal tornou-se “cidade-modelo das políticas de habitação e ‘participação’ do regime” militar (LOPES JR., 2000, p. 35). Nesse período, foram construídos vários conjuntos habitacionais na área norte de Natal que foram denominados pela população Potiguar como “outro lado do rio” em contraposição às áreas localizadas na parte sul do rio Potengi, como: Conjunto Cidade Satélite e o Conjunto de Candelária.

No Rio Grande do Norte, a atividade de indústria extrativa mineral foi a primeira a se beneficiar da política de incentivos promovida em fins dos anos 1960 e início dos anos 1970, quando experimentou um expressivo processo de modernização, com a substituição de instrumentos manuais por equipamentos mecânicos (SOUSA, 2002; PALMEIRA SOBRINHO, 2006).

Em relação ao município de Macau, principal produtor de sal do estado do Rio Grande do Norte, o efeito imediato desse processo, foi a intensificação do processo migratório. Esse esforço modernizador também ocorreu na indústria de extração da scheelita em fins dos anos sessenta, com incentivos fiscais concedidos pela SUDENE (CLEMENTINO, 1995).

Em relação às atividades industriais, a que mais se destacou nas últimas décadas foi a atividade petrolífera. Os investimentos do estado foram significativos, por isso a produção apresentou trajetória crescente desde a década de oitenta. Em relação à indústria de transformação, deve-se frisar que o processo de seu fortalecimento iniciado na década de 1970 foi reforçado na década de 1980 com a chegada de grandes grupos no setor têxtil e no de confecções. Um caso exemplar disso foi a compra da empresa Seridó pela Coteminas, no ano de 1984. Foi feita uma adequação na estrutura da Seridó pela Coteminas em 1985, que consistiu em manutenção de equipamentos existentes e na implantação de uma nova gestão da força de trabalho, obtendo como resultado a demissão de 1.360 trabalhadores de um total de 1.800, sendo os 540 remanescentes escolhidos segundo o critério da “ficha limpa” (EVANGELISTA, 2000; RESENDE, 2000; PALMEIRA SOBRINHO, 2006, p. 169).

Durante a década de 1990, o crescimento da economia nordestina foi mais ativo do que o crescimento da economia brasileira, apresentando significativas diferenças com relação ao desempenho dos setores de produção em nível nacional e estadual. No nível intrarregional, o desempenho econômico dos estados que compõem o Nordeste também apresentou diferenças importantes. E o Rio Grande do Norte destacou-se quanto ao crescimento de seus setores econômicos (CLEMENTINO, 2003).

Segundo Kon (2006), na década de 1990, o cenário econômico nacional foi marcado por transformações, tais como a introdução de inovações tecnológicas e organizacionais, a abertura da economia, os programas de privatizações, a estabilização monetária, entre outras. Em relação ao mercado de trabalho, destaca-se a realocação setorial do emprego no Brasil, com a redução dos postos de trabalho nos setores agrícola e industrial e a grande concentração de trabalhadores no setor de serviços. No Brasil, alguns estudos apontam que o processo de terceirização da economia tem se dado pela expansão dos serviços tradicionais, com baixa remuneração e intensivos em mão de obra pouco qualificada.

O estado do Rio Grande do Norte vem acompanhando este crescimento juntamente com a região Nordeste. Nesse contexto, ressalta-se a economia da Região Metropolitana de Natal, que apresenta um bom dinamismo. Tem sido importante o recebimento dos incentivos federais e estaduais pelo setor de serviços, principalmente de turismo.

Clementino et al. (2009) também destacam o crescimento do setor público no Rio Grande do Norte, abrangendo a Capital e vários municípios do Rio Grande do Norte, sendo um agente de forte peso gerador de empregos na capital do estado e nos municípios metropolitanos. Como recordam Clementino et al.:

[...] na década de 1970, expandiram-se em Natal: o setor de construção civil, as atividades administrativas da Petrobrás e a presença de instituições militares com a instalação do Catre (formação de pilotos) e do lançamento de foguetes da barreira do inferno, pela Aeronáutica. Acrescenta-se também, a transferência do comando do III Distrito Naval do Recife para Natal (1975) e a instalação dos laboratórios do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. (2009, p. 26).

O setor público além de ser um bom empregador para o Rio Grande do Norte, principalmente em Natal, ele tem uma peculiaridade. Indiretamente, emprega muitos trabalhadores do setor privado. Pois, para ingressar no setor público, muitos dos candidatos se prepararam nas dezenas de cursos preparatórios para concursos espalhados no Rio Grande do Norte, a maioria concentrando-se em Natal e alguns em Mossoró. Esses cursos empregam centenas de trabalhadores no mercado formal, desde faxineiro, porteiro, segurança, pessoal de secretaria, contador, administrador de empresas, marketing, professores, dentre outros.

Apesar de ter o crescimento econômico se concentrado na capital do Rio Grande do Norte, notamos que as oportunidades de emprego por vezes deixam a desejar. Pois, a oferta de trabalhadores é grande devido à concentração da população do estado na capital e na região metropolitana de Natal (GOMES, 2009). Além de aumentar a oferta de trabalho, tal concentração pressiona a infraestrutura urbana e contribui para o aumento dos problemas sociais no espaço urbano como violência, criminalidade, falta de moradia, marginalização, tráfico de drogas, prostituição, dentre outros.

O setor de turismo é o que tem o maior crescimento em Natal, que vem aumentando ao longo dos anos. Segundo Gomes (2009), a expansão do setor de turismo (serviços) ocorreu a partir dos anos de 1990, e ele tem sido responsável pelo crescimento expressivo do setor de serviços da capital potiguar. O aumento dos investimentos em infraestrutura urbana tem ocasionado um efeito cascata, pois outros setores relacionados com o turismo têm elevado os investimentos para acompanhar esse crescimento do turismo, sendo investimentos tanto nacionais como estrangeiros.

É notável que os investimentos aumentam a geração de mais empregos para a população, pois fica necessário aumentar a quantidade do número de empregados, em várias ocupações como em restaurantes, bares, hotéis, dentre outros. Ressaltando o aumento de número de ambulantes com a chegada do turismo que ajudam a incrementar a circulação de mercadorias. Este crescimento de ambulantes acompanha o do turismo. Destacam-se, particularmente, as atividades ligadas ao turismo nas praias e nas casas noturnas da cidade. Essas ocupações são predominantemente do setor informal, mas como foi dito ajudam a dinamizar a economia da capital potiguar. Na tentativa de regular esse ramo de atividade, o Estado criou camelódromos na capital do Rio Grande do Norte em locais específicos, onde os trabalhadores autônomos podem atuar. Outro apoio do Estado refere-se a pontos de artesanatos espalhados em lugares turísticos do estado do Rio Grande do Norte.

3.2 O mercado de trabalho no Nordeste e no Rio Grande do Norte na década de 2000

Para atender o objetivo deste capítulo, a presente seção busca traçar um quadro geral das principais tendências observadas no mercado de trabalho no Nordeste e no Rio Grande do Norte.

3.2.1 Aspectos da dinâmica do mercado de trabalho nordestino na década de 2000

A década de 2000 representou uma mudança significativa das principais tendências do quadro macroeconômico regional em relação à década anterior. Com efeito, os anos 1990 foram marcados por um baixo crescimento econômico (1,8% a.a para o PIB brasileiro e 2,1% a.a. para o PIB nordestino), em virtude de um conjunto de fatores externos (crise mexicana, russa, argentina, asiática) e internos (adoção de política anti-inflacionária, abertura comercial, estímulo à reestruturação produtiva, flexibilização da legislação trabalhista, etc.). Essas medidas tiveram impactos significativos sobre o mercado de trabalho regional, podendo ser destacados: elevação da taxa de desemprego, aumento da precarização das relações de trabalho e redução dos rendimentos do trabalho, particularmente na segunda metade da década.

A década de 2000, ao contrário, foi marcada por uma retomada do crescimento econômico, particularmente, após 2004. Com efeito, entre 2004 e 2010, o PIB regional cresceu a uma taxa de 4,7% a.a., superior à nacional (4,3% a.a.). Nesse período, observa-se um crescimento da demanda interna estimulada pelo crescimento do salário mínimo em

termos reais, pela disseminação do crédito, pela política de redistribuição de renda, por uma política fiscal e monetária expansionista (KREIN, SANTOS e NUNES, 2011). Esse desempenho só não foi mais expressivo em virtude da crise mundial de 2008. A tendência de crescimento refletiu-se no mercado de trabalho regional através da redução do desemprego, do aumento das relações formais de trabalho, da elevação do rendimento médio do trabalho, como será visto com maiores detalhes a seguir.

Os indicadores apresentados na Tabela 1 mostram a dinâmica positiva do mercado de trabalho regional durante a primeira década do século XXI, podendo ser destacados:

Tabela 1 – Nordeste: Indicadores do mercado de trabalho (2000 a 2010)

Posição na ocupação e rendimento	Taxa anual de crescimento (%)
População em Idade Ativa	1,6
População Economicamente Ativa	1,7
População Ocupada	2,4
População Desocupada	-3,1
Rendimento de Pessoa Ocupada	2,5

Fonte: IBGE – Censos Demográficos.

- a) O crescimento da população ocupada bem superior ao crescimento da PIA e da PEA, indica claramente uma conjuntura bastante favorável ao emprego;
- b) Tal conjuntura se manifesta também pela redução da população desempregada a uma taxa elevada (-3,1 a.a.) e;
- c) Elevação do rendimento médio da população ocupada.

Esses dados parecem confirmar a posição keynesiana que relaciona diretamente o nível do emprego ao nível do produto da economia, contrariando algumas especulações que vigoraram na década anterior que postulavam o fim do emprego (RIFKIN, 1996).

Os dados contidos na Tabela 2 evidenciam as principais mudanças em termos de ocupação no mercado de trabalho nordestino. O fato mais marcante é que o crescimento das ocupações foi impulsionado pelo emprego com carteira de trabalho assinada. Com efeito 60% da variação no nível das ocupações foi decorrente do emprego com carteira. Em segundo lugar tem a contribuição dos empregados sem carteira (25%). Desse modo, os empregados com carteira e sem carteira contribuíram com 85% para o crescimento das ocupações no Nordeste. Se a esse grupo forem acrescentados os empregados militares e os funcionários

públicos estatutários, tem-se que os empregados corresponderam a 90% do aumento das ocupações na região.

Tabela 2 – Nordeste: Pessoal ocupado segundo posição na ocupação (2000 – 2010)

Posição na ocupação	2000	2010	Taxa anual de cresc. (%)
Total	16.384.648	20.854.301	2,4
Empregado	9.313.627	13.344.396	3,7
Emp. com carteira de trabalho assinada	3.853.639	6.553.319	5,5
Emp. militar e func. público estatutários	885.340	1.080.008	2,0
Emp. sem carteira de trabalho assinada	4.574.648	5.711.069	2,2
Conta própria	4.305.273	4.778.007	1,0
Empregador	305.693	269.516	-1,3
Não rem. que ajuda o chefe do domicílio	1.088.841	502.644	-7,4
Trab. na prod. para o próprio consumo	1.371.214	1.959.739	3,6

Fonte: IBGE – Censos demográficos.

Chama ainda atenção na tabela 2, a forte retração das pessoas que ajudam o chefe do domicílio e não recebem remuneração. É possível afirmar que o maior dinamismo do mercado de trabalho atraiu os membros da família que auxiliavam nas ocupações produtivas da família sem remuneração. Fenômeno esse mais comum na área rural, reforçando o êxodo rural.

Considerando a distribuição da população ocupada segundo os setores de atividade, constata-se que o setor terciário é o que mais absorve mão de obra, com 59,1%, em 2010. Em segundo lugar, está o setor primário com 24,2% e em último lugar o setor secundário com 16,7%, ressaltando que o subsetor da indústria de transformação ocupa apenas 8,2%.

Ao se observar o desempenho na década, constata-se que houve uma perda de ocupações tanto em termos absolutos quanto relativos pelo setor primário e avanço dos setores secundário e terciário, sendo o mais expressivo o do setor terciário que passou de uma participação de 53% no total das ocupações, em 2000, para 59%, em 2010. No setor secundário chama a atenção o crescimento da construção civil, certamente relacionado com as

políticas de fortalecimento da demanda agregada, adotadas pelo governo federal para o enfrentamento da crise de 2008, tal como “Minha casa minha vida”.

Tabela 3 – Nordeste: População ocupada segundo os setores de atividade (2000 e 2010)

Setor/atividades	2000		2010	
	Fr. Abs.	%	Fr. Abs.	%
Total	16.384.648	100,0	20.854.296	100,0
Agropecuária	5.140.168	31,4	5.040.150	24,2
Indústria	2.509.405	15,3	3.485.575	16,7
Indústria de transformação	1.410.432	8,6	1.702.832	8,2
Construção	971.062	5,9	1.501.176	7,2
Serviços	8.735.076	53,3	12.328.571	59,1
Com., reparação de veículos	2.460.157	15,0	3.471.580	16,6
Transp., armazen. e correio	680.371	4,2	741.258	3,6
Alojamento e alimentação	735.234	4,5	669.302	3,2
Serviços domésticos	1.094.225	6,7	1.393.279	6,7
Outros	3.765.089	22,9	6.053.152	29,0

Fonte: IBGE – Censos Demográficos.

A melhoria das condições de mercado do Nordeste também pode ser vista pela elevação do rendimento médio mensal por pessoa ocupada, conforme dados apresentados na Tabela 4.

Tabela 4 – Brasil e Nordeste: Rendimento* mensal médio por pessoa ocupada (2000 e 2010)

Abrangência geográfica	2000	2010	Taxa anual de crescimento (%)
Brasil	1.207,5	1.344,7	1,1
Nordeste	736,1	945,6	2,5
Participação NE/BR (%)	61,0	70,3	-

Fonte: IBGE - Censo Demográfico.

Nota: (*) Reais de 2010 – INPC.

Observa-se que o rendimento médio mensal no Nordeste (2,5% a.a.) teve um desempenho melhor que o do Brasil (1,1% a.a.), reduzindo-se o diferencial de rendimento entre as duas áreas de 39% para 29,7%. A melhoria no nível de rendimento pode ser atribuído a dois fatores principais: a recuperação do nível de emprego (particularmente do formal como

visto anteriormente) e à política de revalorização do salário mínimo, que ao longo da década teve reajustes superiores ao da taxa de inflação (KREIN, SANTOS e NUNES, 2011).

Olhando-se apenas para o segmento formal do mercado de trabalho⁷, de acordo com os dados contidos na Tabela 5, constata-se que o segmento teve um bom desempenho, com um crescimento de 75,8% entre 2001 e 2010.

Tabela 5 – Nordeste: Evolução do mercado de trabalho formal segundo os Estados (2001 e 2010)

Estado	2001	2010	Varição %
MA	308.479	636.625	106,37
PI	215.157	377.463	75,43
CE	724.954	1.325.792	82,87
RN	337.160	575.026	70,54
PB	359.135	579.504	61,35
PE	895.415	1.536.626	71,61
AL	286.673	470.992	64,29
SE	218.479	369.579	69,16
BA	1.209.567	2.139.232	76,85
Total	4.555.019	8.010.839	75,86

Fonte: Elaboração própria baseada nos dados da RAIS/MTE.

Os Estados do Nordeste com melhores índices de variação do emprego formal na década de 2000 foram Maranhão (106,37%), Ceará (82,87%) e Bahia (76,85%), todos três estados estão acima da média de oferta de emprego na região Nordeste, que se situou em 75,86%.

Os demais estados que ficaram abaixo da média regional são, em ordem decrescente: Piauí (75,43%), Pernambuco (71,61%), Rio Grande do Norte (70,54%) e Sergipe (69,16%), além de Alagoas (64,29%) e Paraíba (61,35%), que tiveram os menores índices de variação do emprego formal na década de 2000.

Esses dados mostram que não há homogeneidade no comportamento dos estados nordestinos em termos de absorção de mão de obra no segmento formal do mercado de trabalho.

⁷ Nesta parte do trabalho, o segmento formal está sendo considerado como aquele que presta informações ao Ministério do Trabalho através da RAIS.

Essa diferenciação responde às diferentes formas de inserção das unidades federativas do Nordeste na dinâmica econômica nacional.

Não houve homogeneidade também em relação ao crescimento dos diferentes ramos de atividade. Como se pode constatar pelos dados da Tabela 6, apesar de todos os segmentos produtivos terem apresentado um desempenho positivo durante a década, ele foi bastante diferente segundo os ramos produtivos.

Tabela 6 – Nordeste: Pessoal ocupado no segmento formal segundo ramos de atividade (2001 e 2010)

Ramos de atividade	2001	2010	Variação %
Extrativa mineral	22.073	35.576	61,2
Ind. de transformação	602.351	1.052.444	74,7
Serv. Ind. Util. Pública	54.862	78.259	42,6
Construção Civil	213.980	570.023	166,4
Comércio	647.113	1.368.458	111,5
Serviços	1.254.876	2.181.320	73,8
Administração Pública	1587.408	2.488.100	56,7
Agropecuária	172.356	236.659	37,3
Total	4.555.019	8.010.839	75,9

Fonte: Elaboração própria baseada nos dados da RAIS/MTE.

Os ramos que tiveram maior variação foram a construção civil (166,4%) e o comércio (111,5%), com variação bem superior à média de crescimento do emprego formal regional (75,9%). Os que apresentaram menores taxas de crescimento foram os serviços industriais de utilidade pública (42,6%) e a agropecuária (37,3%).

O nível de absorção da força de trabalho e sua variação também apresentam diferenciais de acordo com o gênero, conforme mostram os dados da Tabela 7. Durante a década o emprego masculino foi levemente favorecido em relação ao feminino, de modo que, em 2001, a mão de obra masculina representava 57,1%, passando para 58,3% em 2010. Mantendo-se, portanto, a superioridade masculina sobre o emprego formal nordestino. Tem-se, assim, que o crescimento do emprego feminino durante a década deu-se, principalmente, no segmento informal.

Tabela 7 – Nordeste: Ocupações no segmento formal por gênero, segundo setores de Atividade (2001 – 2010)

Setores	Feminino		($\%$)	Masculino		($\%$)
	2001	2010		2001	2010	
Extrativa Mineral	1.868	2.696	30,71	20.205	32.880	38,55
Ind. de transformação	164.080	282.869	41,99	438.271	769.575	43,05
Serv. Ind. de Utilidade Pública	9.095	11.806	22,96	45.767	66.453	31,13
Const. Civil	14.042	37.121	62,17	199.938	532.902	62,48
Comércio	237.136	534.128	55,6	409.977	834.330	50,86
Serviços	509.118	932.361	45,39	745.758	1.248.959	40,29
Adm. Pública	994.585	1.516.058	34,4	592.823	972.042	39,01
Agropecuária	20.253	25.459	20,45	152.103	211.200	27,98
Total	1.950.177	3.342.498	41,66	2.604.842	4.668.341	44,2

Fonte: Elaboração própria baseada nos dados da RAIS/MTE.

No tocante à distribuição da força de trabalho pelos ramos de atividade segundo o sexo, também se verificam diferenças significativas em termos de absorção e de variação. Em 2010, o setor de serviços ocupava 65,4% dos homens ocupados, enquanto absorvia 80,2% das mulheres. O setor secundário empregava 30,0% dos homens e 10,0% das mulheres. O setor primário absorvia 4,6% dos homens e 0,8% das mulheres.

3.2.2 Aspectos da dinâmica do mercado de trabalho potiguar na década de 2000

Tal como ocorreu na região Nordeste, o mercado de trabalho potiguar também vivenciou uma evolução favorável do seu mercado de trabalho na década de 2000. De acordo com os dados que constam da Tabela 8, a PEA estadual teve um crescimento médio anual da ordem de 2,3%. O contingente da PEA que era de 1.091 mil, em 2000, passou para 1.375 mil, em 2010.

Mas não foi só a PEA que cresceu, a população ocupada também se elevou, passando de 911,9 mil, em 2000, para 1.238 mil, em 2010, o equivalente a uma taxa de crescimento da ordem de 3,1% a.a., taxa superior ao do crescimento da PEA.

Tabela 8 – Rio Grande do Norte: Indicadores do mercado de trabalho (2000 / 2010)

Posição na ocupação e rendimento	2000	2010	Taxa anual de crescimento (%)
Pop. Economicamente Ativa	1.091.634	1.375.041	2,3
População ocupada	911.958	1.238.314	3,1
População desocupada	179.676	136.728	-2,7
Rend. médio mensal da pessoa ocupada (em R\$)	791,68*	951,47	1,8

Fonte: Censo Demográfico e IBGE

Nota: Valor deflacionado pelo INPC, ano base 2010.

Esse crescimento do nível de ocupação terminou por pressionar os níveis de remuneração que experimentaram um incremento de 1,8% a.a. Observando-se a evolução do pessoal ocupado segundo a posição na ocupação, constata-se que na década em estudo a posição que teve melhor desempenho foi exatamente a dos empregados com carteira assinada e, em segundo lugar, a dos empregados militares e funcionários públicos estatutários, que registraram taxas de crescimento anual da ordem de 5,5% e 3,0%, respectivamente.

Tabela 9 – Rio Grande do Norte: Pessoal ocupado segundo posição na ocupação (2000/2010)

Posição na ocupação	2000	2010	Taxa anual de crescimento (%)
Total	911.958	1.238.314	3,1
Empregado	579.581	860.806	4,0
Emp. com carteira de trabalho assinada	276.766	471.212	5,5
Emp. militar e func. público estatutários	59.852	80.813	3,0
Emp. sem carteira de trabalho assinada	242.963	308.782	2,4
Conta própria	201.633	255.282	2,3
Empregador	18.819	18.596	-1,3
Não rem. que ajuda o chefe do domicílio	35.783	23.420	-4,1
Trab. na prod. para o próprio consumo	76.141	80.209	0,5

Fonte: IBGE – Censos demográficos.

Tais taxas mostram que também no mercado de trabalho potiguar teve lugar a expansão

do processo de formalização do mercado de trabalho. Tal avanço, contudo, ainda não foi suficiente para reverter a primazia das relações informais de trabalho. Considerando como pertencente ao setor informal as ocupações empregados sem carteira, conta própria não remunerados que ajudam o chefe do domicílio e trabalhadores na produção para o próprio consumo, tem-se que esse conjunto representavam ainda 53,9% das pessoas ocupadas no Rio Grande do Norte, em 2010.

Quanto aos setores de alocação da força de trabalho, observa-se que o setor de serviços é o grande absorvedor de mão de obra no Rio Grande do Norte. Em 2010, esse setor empregava 65,6% da população ocupada no Estado, ocorrendo uma elevação de 3,1 pontos percentuais em relação a 2000. Em segundo lugar, está o setor industrial com 18,4%. Ressalta-se que o forte crescimento experimentado pelo emprego industrial (4,2% a.a.) foi responsável pela ascensão do setor para a segunda colocação, ultrapassando o setor agropecuário, que em 2000 ocupava esse lugar.

Tabela 10 – Rio Grande do Norte: População ocupada segundo os setores de atividade (2000/2010)

Setor/atividades	2000		2010	
	Fr. Abs.	%	Fr. Abs.	%
Total	911.958	100,0	1.238.314	100,0
Agropecuária	195.248	21,4	198.474	16,0
Indústria	144.777	15,9	227.560	18,4
Indústria de transformação	75.160	8,2	114.088	9,2
Construção	54.225	5,9	93.611	7,6
Serviços	571.932	62,7	812.280	65,6
Com., reparação de veículos	121.587	13,3	229.477	18,5
Transp., armaz. e correio	37.154	4,1	48.450	3,9
Adm. Pública	63.222	6,9	87.401	7,1
Serviços sociais	106.226	11,6	136.493	11,0
Alojamento e alimentação	-*	-	52.725	4,3
Serviços domésticos	-*	-	79.279	6,4
Outros	243.743	26,7	178.455	14,4

Fonte: IBGE – Censos Demográficos.

Nota: (*) Em 2000, esses itens estão incluídos em outros.

No setor terciário, o comércio ocupa lugar de destaque, empregando 18,5% da população ocupada estadual. Na década, o emprego nesse ramo de atividade teve um expressivo crescimento da ordem de 6,5% a.a., bem acima da taxa de crescimento da população ocupada do Estado no mesmo período (3,1% a.a.). Cabe também ressaltar a importância dos serviços sociais (educação e saúde), da administração pública e dos serviços domésticos na absorção da força de trabalho potiguar, sendo responsáveis por 11,0%, 7,1% e 6,4%, respectivamente, do nível de ocupação no Rio Grande do Norte.

O bom desempenho do mercado de trabalho potiguar na primeira década do século XXI também se manifestou em termos de rendimentos ganhos pelo pessoal ocupado. Comparando-se com o nível de remuneração da força de trabalho no mercado nacional, observa-se uma taxa de crescimento mais elevada (1,8% a.a., contra 1,1% a.a.), fazendo com que tenha havido uma redução no diferencial do valor do rendimento nos pontos extremos da década: o rendimento médio mensal da população ocupada potiguar correspondia a 65,5% da média nacional, em 2000, passando a corresponder a 70,7%, em 2010.

Tabela 11 – Brasil, Nordeste e Rio Grande do Norte: Rendimento* mensal médio por pessoa ocupada (2000 e 2010)

Abrangência Geográfica	2000	2010	Taxa anual de crescimento(%)
Brasil	1.207,5	1.344,7	1,1
Nordeste	736,1	945,6	2,5
Rio Grande do Norte	791,68	951,47	1,8
Participação RN/BR (%)	65,5	70,7	-
Participação RN/NE (%)	1,1	1,0	-

Fonte: IBGE - Censo Demográfico.

Nota: (*) Reais de 2010 – INPC.

No comparativo com o Nordeste, duas coisas podem ser destacadas. Em primeiro lugar, no Rio Grande do Norte, o nível de rendimento mensal médio é superior ao nordestino tanto no início quanto no final da década. Em segundo lugar, a taxa de crescimento anual foi inferior à do Nordeste. Ainda assim, a taxa de participação manteve-se ligeiramente superior à unidade (1,006%).

Voltando a analisar o desempenho do segmento formal do mercado de trabalho do Rio Grande do Norte, agora com base nos dados da RAIS, fica também evidenciado o crescimento deste segmento durante o período em estudo. Segundo essa fonte de informação, o número de

peças empregadas pelas empresas formalmente constituídas teve um crescimento da ordem de 70,54% (veja Tabela 5), elevando-se de 337,1 mil pessoas, em 2001, para 575,0 mil em 2010.

O desempenho do emprego formal apresentou diferenciações significativas entre os diferentes setores produtivos (veja Tabela 12). Destaca-se o setor industrial, cujo volume de emprego dobrou no período. O setor terciário conseguiu o segundo melhor desempenho, com uma variação de 68,78%, um pouco abaixo da média estadual. O emprego formal no setor primário experimentou um decréscimo expressivo (-21,39%).

Tabela 12 – Rio Grande do Norte: Ocupações no segmento formal, segundo setores de atividade (2001 – 2010)

Setor de atividade	2001	2010	Var. %
Indústria	62.727	128.171	104,3
Extrativa Mineral	4.538	8.710	91,93
Indústria de Transformação	40.861	74.776	83,00
Serviços Ind. de Utilidade Pública	2.721	6.177	127,01
Construção civil	14.607	38.508	163,62
Serviços	256.309	432.608	68,78
Comércio	44.606	102.291	129,32
Serviços diversos	78.170	146.634	87,85
Administração Pública	133.533	183.683	37,55
Agropecuária, extr. vegetal, caça e pesca	18.124	14.247	-21,39
Total	337.160	575.026	70,54

Fonte: Elaboração própria baseada nos dados da RAIS/MTE.

Observando o desempenho dos ramos produtivos pertencentes aos diferentes setores de atividade, podem ser feitas as seguintes observações:

a) No setor industrial:

- A variação do emprego no ramo da **extração mineral** durante o período analisado ficou em 91,93% acima da média estadual que foi no mesmo período de 70,54%. O Rio Grande do Norte sempre obteve destaque com as atividades desse ramo, por causa do seu potencial mineral como: pedras, extração de sal, extração de minérios não ferrosos dentre outros minerais (CLEMENTINO, 2003). Nota-se que essa atividade teve um aumento bem acentuado no período de 2001 a 2010, demonstrando que a empregabilidade está garantida neste setor de atividade, apesar do processo de modernização tecnológica do processo produtivo de extração da maioria desses minerais.

- No ramo da **indústria de transformação** houve um crescimento de 83,00%, acima da média

estadual. Este ramo de atividade tem uma forte tradição na economia estadual. Lembra-se que em anos anteriores o setor passou por um processo de modernização tecnológica, com reflexos negativos sobre o emprego industrial (SILVA, 2008). Desse modo, a década de 2000 já encontra um setor industrial modernizado e o crescimento do emprego devendo ser atribuído ao ambiente macroeconômico nacional favorável.

- O emprego nos **Serviços Industriais de Utilidade Pública** sofreu uma sensível retração na década de noventa em virtude das privatizações que afetaram esse segmento produtivo (PALMEIRA SOBRINHO, 2006). Na década de 2000, as atividades de distribuição de água, de energia e de telefone experimentaram um aumento na oferta de empregos. No início do período havia 2.721 empregos. Esse número foi aumentado para 6.177 empregos, o que representou uma variação positiva de 127,01%. Sendo o terceiro dos setores de atividades que teve o maior crescimento abordado na pesquisa deste trabalho.

- O ramo da **Construção Civil**, no início da década de 2000, empregava 14.607 pessoas, e em 2010 empregava 38.508 pessoas, registrando o maior crescimento do emprego entre os setores de atividades abordados na pesquisa deste trabalho: uma variação de 163,62% no nível de emprego no estado neste período. Enquanto na década passada o crescimento da construção civil se deu por causa do turismo estrangeiro que estava em ascensão, na década de 2000, com a crise na Europa, os investidores estrangeiros não acharam mais interessante aplicar no Brasil, inclusive no RN. A saída para o setor da construção civil foi fazer apartamentos e casas para a população, ressaltando que isso foi feito quase 100% na região metropolitana de Natal (RM's), o que aqueceu a economia do setor. No ano de 2004, este setor iniciou a dar sinais de expansão, pois houve aumento dos investimentos em obras de infraestrutura e em unidades habitacionais. Exatamente em março de 2009, foi lançado o Programa Minha Casa, Minha – PMCMV (Lei 11.977/2009, alterada pelo MP 510/20105), com intuito de enfrentar o déficit habitacional para as famílias de baixa renda e fazer face à crise financeira internacional que estava se instalando em vários países do mundo. Foi disponibilizado pelo governo federal em 2009 e 2010 investimentos de R\$ 34 bilhões, dos quais R\$ 25,5 bilhões sendo da União, R\$ 7,5 bilhões do FGTS, R\$ 12 bilhão, do BNDES (DIEESE, 2011). No ano de 2009, o dinamismo da Construção Civil já era ressaltado pelo diretor-executivo da Apex Engenharia, Eduardo Aroeira, em entrevista ao Correio Braziliense: *“Nunca o mercado da Construção Civil esteve tão aquecido, nem mesmo antes da crise mundial. E o mais interessante é que as vendas de imóveis estão sendo puxadas pelas classes C e D - uma massa de 137 milhões de brasileiros -, que, historicamente, sempre foram alijadas do processo”*. (NUNES, 2009, p. 01). Lembra-se que o

emprego nesta atividade é de baixa remuneração, pois a qualificação exigida para sua mão de obra é baixa.

b) No setor de serviços:

- O ramo de Comércio que sempre teve um bom desempenho na absorção de emprego no estado do RN obteve durante o período pesquisado o segundo melhor desempenho entre os ramos de atividade estudados neste trabalho. No início da década de 2000, tinha 78.170 empregados e, em 2010, esse setor tinha 146.634, experimentando um crescimento de 129,32%.

- Os **Serviços diversos** que se relacionam com as atividades ligadas ao turismo, serviços sociais, serviços pessoais, etc. tiveram na década de 2000 um desempenho superior à média estadual, sofrendo uma variação da ordem de 87,85% no volume do emprego.

- O ramo da **Administração Pública**, lembrando que se desmembra em nível federal, estadual e municipal, é conhecido como um setor que emprega no Estado um grande contingente de pessoas: em 2001, tinha 133.533 empregados e, em 2010, tinha 183.683 um crescimento de apenas 37,55% na absorção de mão de obra local, ficando abaixo da média que foi de 70,54%. Esse desempenho pode ser atribuído ao impacto da lei de Responsabilidade Fiscal que impôs limite à contratação dos servidores públicos.

c) O setor primário:

- O Setor de **Agropecuária, Extrativa Vegetal, Caça e Pesca**, em 2001, empregava 18.124 pessoas. Esse número declinou, em 2010, para 14.247, resultando numa variação negativa da ordem de -21,39%. Este setor deteve o pior resultado em termos de empregabilidade no estado do RN, além de estar abaixo da média dos setores de atividade apresentou um percentual negativo. Esse resultado pode estar associado de uma lado à crise na produção do melão decorrente da retração da demanda externa a partir de 2008 (ARAÚJO e CAMPOS, 2011), bem como à mecanização da lavoura canavieira (MENDES, 2011). São essas duas culturas as que mais empregam trabalhadores com carteira assinada no Estado.

Os dados trabalhados nesse capítulo mostraram uma evolução bastante positiva do mercado de trabalho estadual durante a década de 2000, seguindo de perto as tendências observadas no âmbito regional. Dentre os aspectos discutidos podem ser lembrados: a) o crescimento do nível do emprego; b) a redução do nível de desemprego; c) o crescimento das relações formais de trabalho, impulsionado pelo setor industrial e pelo setor de serviços; e d) a elevação do nível de remuneração média mensal.

Após essa rápida incursão na dinâmica do mercado de trabalho nordestino e potiguar na década de 2000, passa-se à análise dos resultados obtidos para o IQEF nesses dois espaços.

CAPÍTULO IV

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DO IQEF NO NORDESTE E NO RIO GRANDE DO NORTE

No capítulo anterior, ficou evidenciada a expansão do emprego formal tanto na região Nordeste quanto no estado do Rio Grande do Norte. Neste capítulo, busca-se saber se essa expansão foi acompanhada da melhoria da qualidade do emprego. Para tanto se utiliza o IQEF como indicador dessa qualidade, cuja metodologia foi detalhada no segundo capítulo da dissertação. Rememorando, o índice é a média aritmética de quatro outros indicadores: grau de instrução, média salarial, concentração da remuneração salarial e taxa de rotatividade. Inicia-se o estudo com a análise da qualidade do emprego do Rio Grande do Norte e depois se discute o caso do Nordeste.

4.1 A qualidade do emprego formal no Nordeste

A apresentação dos resultados do IQEF para o Nordeste será feita em duas etapas. Primeiramente, é feita a discussão do índice geral, detalhando por setores de atividade e, na sequência, a apresentação dos resultados obtidos para os quatro índices parciais, também especificando os resultados desses índices segundo os setores de atividade.

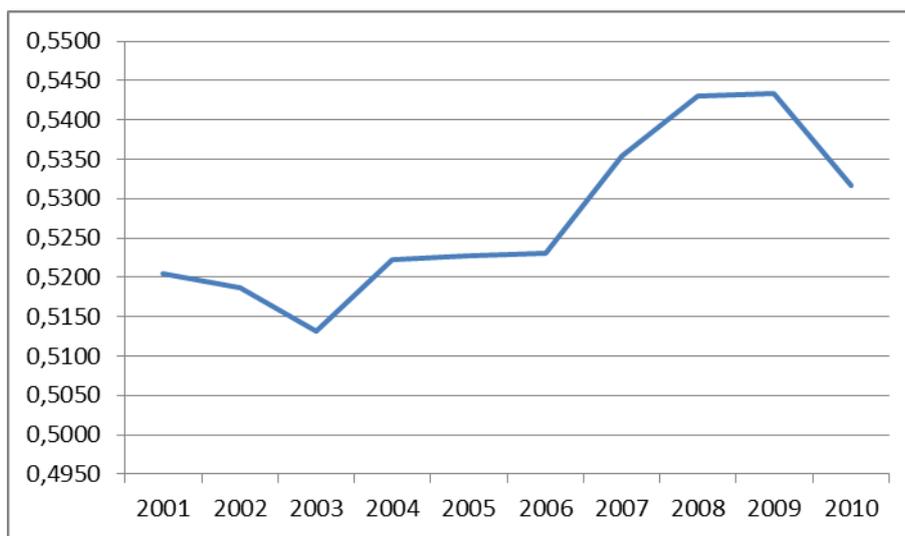
4.1.1 Discussão do índice geral de qualidade do emprego formal para o Nordeste

Considerando os anos extremos do período em estudo, verifica-se que o IQEF apresentou uma tendência de crescimento, variando de 0,5204, em 2001, para 0,5317, em 2010 (veja Gráfico 1). Esse resultado permite afirmar que a década em estudo foi favorável ao mercado de trabalho formal nordestino tanto em termos absolutos (crescimento do emprego) conforme visto no capítulo anterior, quanto em termos qualitativos, pela melhoria da qualidade do emprego.

Apesar da tendência crescente quando se considera os pontos extremos da série, ao se deter no comportamento do IQEF durante o período é possível identificar três momentos distintos: a) O primeiro compreende os anos de 2001 a 2003, quando se verifica uma piora na

qualidade do emprego formal. Esse resultado pode estar associado às restrições externas (atentado de 11 de setembro de 2001, crise argentina), bem como às internas (eleição presidencial de 2002 com a vitória de Lula e as políticas restritivas adotadas pelo Governo Lula no seu primeiro ano, visando a estabilização da economia); b) O segundo momento se estendeu de 2004 a 2008, período em que o IQEF regional experimentou uma fase de forte crescimento, associado ao desempenho da economia brasileira que vivenciou um período de crescimento motivado tanto por fatores externos (crescimento da economia mundial) quanto por políticas fiscais de caráter expansionista adotadas pelo governo brasileiro; e c) O terceiro momento desenrolou-se entre 2009 e 2010, quando há redução no valor do IQEF, após ter atingido o seu nível mais alto (0,5433) no ano de 2009; os impactos da crise econômica mundial, iniciada em 2008 nos Estados Unidos, apesar de ter seus efeitos atenuados no caso brasileiro, não deixou de repercutir na economia nacional.

Gráfico 1 – Nordeste: Índice da qualidade do emprego formal (2001-2010)



Fonte: Elaboração própria baseada nos dados da RAIS/MTE.

Os dados contidos na Tabela 13 permitem afirmar que, à exceção do setor Comércio que registrou uma redução no seu índice de qualidade de emprego formal, todos os demais setores de atividades tiveram um comportamento semelhante ao índice regional geral ou manteve o IQEF inalterado, ao se considerar apenas os anos extremos da série.

A observação dos dados da Tabela 13 permite afirmar que há uma diferenciação significativa da qualidade do emprego formal entre os setores de atividade. Com efeito, os setores de atividade, de acordo com o IQEF, podem ser agrupados em dois segmentos:

Tabela 13 – Nordeste: Índice da qualidade do emprego formal por setor de atividade (2001-2010)

Anos	Ind. Ext. Mineral	Ind. Trans.	SIUP	Const. Civil	Comércio	Serviços	Adm. Pública	Agropecuária
2001	0,57	0,50	0,57	0,47	0,51	0,56	0,57	0,42
2002	0,57	0,50	0,58	0,46	0,50	0,56	0,58	0,41
2003	0,57	0,50	0,58	0,46	0,50	0,56	0,53	0,41
2004	0,57	0,50	0,58	0,47	0,50	0,56	0,58	0,41
2005	0,58	0,50	0,58	0,47	0,50	0,56	0,58	0,40
2006	0,61	0,49	0,58	0,48	0,49	0,55	0,58	0,39
2007	0,62	0,49	0,58	0,47	0,49	0,55	0,58	0,39
2008	0,62	0,49	0,58	0,48	0,49	0,56	0,58	0,42
2009	0,62	0,49	0,59	0,48	0,49	0,56	0,58	0,41
2010	0,59	0,50	0,59	0,49	0,49	0,56	0,58	0,42

Fonte: Elaboração própria baseada nos dados da RAIS/MTE.

- a) Setores com índice de qualidade do emprego formal superior à média regional: nesse segmento estão, em ordem decrescente, os seguintes setores de atividade: indústria extrativa mineral, administração pública, serviços industriais de utilidade pública e serviços. No caso da indústria extrativa mineral, o IQEF variou de 0,57, em 2001, para 0,59, em 2010, tendo alcançado o seu pico (0,62) nos anos de 2007, 2008 e 2009. O crescimento do grau de instrução e da desconcentração salarial foram os principais fatores que influenciaram o desempenho do índice. Lembra-se que no Nordeste, a extração de petróleo e de gás natural é um dos ramos mais destacados desse setor de atividade. No tocante ao setor da administração pública o IQEF apresentou uma tendência de crescimento, variando de 0,57, no ano de 2001, para o valor de 0,58, no ano de 2010. Verificou-se uma melhora na qualidade do emprego formal para os trabalhadores deste setor, ocasionada pelo crescimento do grau de instrução e da desconcentração salarial, características marcantes deste setor de atividade, conforme será discutido posteriormente. O IQEF para o setor de serviços industriais de utilidade pública também apresentou uma tendência geral de evolução no período de 2001 a 2010, sendo o intervalo desta variação de 0,57, para o ano de 2001, e 0,59 no ano de 2010. O ápice deste índice foi alcançado nos anos de 2009 e 2010 no valor de 0,59. A melhora do IQEF neste setor é atribuída, sobretudo ao crescimento do grau de instrução. No que diz respeito ao setor de serviços, diferentemente dos três setores acima discutidos, o IQEF mostrou uma tendência geral de estagnação na década de 2000, não tendo oscilação neste período abordado, mantendo-se no valor de 0,56.

- b) Setores com índice de qualidade do emprego formal inferior à média regional: nesse grupo estão, em ordem decrescente, os seguintes setores de atividade: indústria de transformação, comércio, construção civil e agropecuária. O IQEF para o setor da indústria de transformação na região Nordeste apresentou uma tendência geral à estagnação, pois o índice manteve-se na maioria dos anos em 0,50. Esse é um resultado surpreendente, tendo em vista que entre 2004 e 2008 o setor industrial nordestino teve um bom desempenho em termos de geração de empregos formais. O setor de comércio, como já ressaltado, teve uma tendência de piora da qualidade de seus empregos formais, situando-se bem abaixo da média regional, sobretudo nos anos finais da série. Em relação à construção civil, embora seja o penúltimo setor em termos de qualidade de emprego formal, observa-se uma tendência de melhora ao longo do período, o que pode ser atribuído ao bom desempenho do setor estimulado pela política habitacional posta em prática pelo governo federal, particularmente nos anos finais da série. Por fim, a agropecuária além de ter mostrado uma tendência de queda na qualidade do emprego formal na maioria dos anos observados, é também o setor que exibe a pior qualidade do emprego formal, o que é de esperar tendo em vista ser o setor que absorve a mão de obra com os mais baixos níveis de escolaridade e ser o setor que apresenta os mais baixos níveis de remuneração.

4.1.2 Discussão dos índices parciais de qualidade do emprego formal para o Nordeste

Após ter apresentado os resultados obtidos para o IQEF geral do Nordeste e dos setores de atividade da economia regional, passa-se a discutir os resultados dos índices parciais (grau de instrução, nível de remuneração, grau de concentração salarial e rotatividade) para o conjunto do Nordeste, detalhando, também, por setores de atividade.

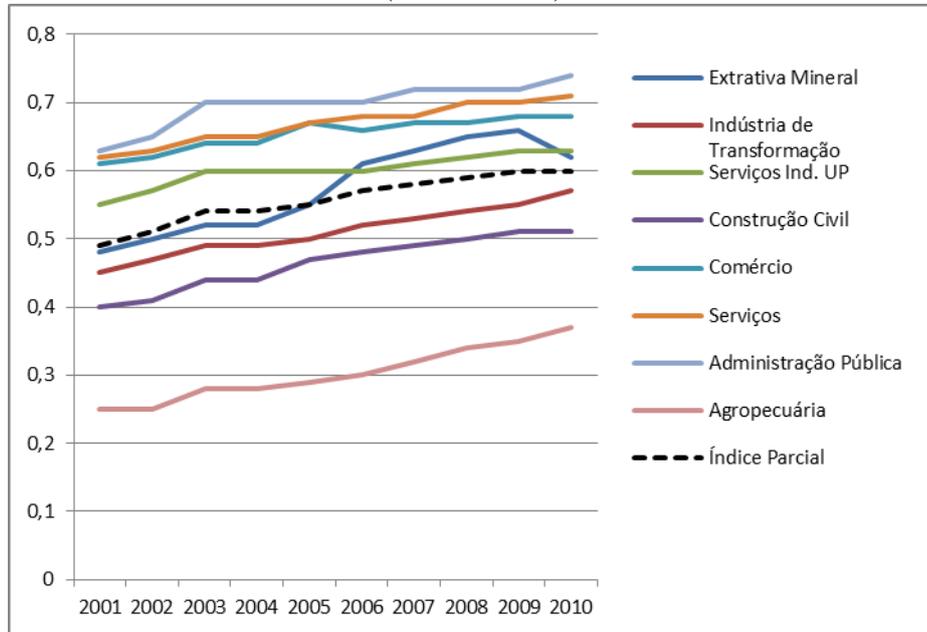
4.1.2.1 Grau de instrução

Da observação do Gráfico 2, constata-se uma tendência de crescimento, no período estudado, do índice parcial de grau de instrução do Nordeste. O valor do índice passou de 0,49, em 2001, para 0,61, em 2010.

Verificou-se um aumento deste indicador ao longo da década em todos os setores de atividades da região Nordeste. Tal resultado espelha duas tendências recentes: de um lado, a maior exigência do mercado de trabalho na contratação de trabalhadores, preferindo os de maior escolaridade e, de outro lado, a expansão da rede de ensino, tanto privada quanto pública nas últimas décadas. Fica evidenciada a exigência de aumento no grau de instrução para o

empregado poder inserir-se no mercado formal. Pois, quanto mais instrução e qualificação os empregados tiverem, maiores serão as chances deles se inserirem no mercado formal e, em consequência as empresas terem reduzidos os custos de qualificação de seus trabalhadores.

Gráfico 2 – Nordeste: Índice parcial do grau de instrução segundo os setores de atividade (2001 – 2010)



Fonte: Elaboração própria baseada nos dados da RAIS/MTE.

Segundo Célestin (2002, p.56) os trabalhadores que tenham maior grau de instrução e com uma formação variada se adequam melhor às mudanças que ocorrem dentro das empresas e no próprio mercado formal, verificando que essa qualificação é o caminho da empregabilidade e de maiores possibilidades para sua evolução profissional nos melhores empregos. Ao contrário, os empregados que têm menor grau de instrução tendem a não ter um futuro promissor nas empresas, sendo incluídos pelo mercado formal nos “maus” empregos.

Os setores cujos índices de instrução situam-se abaixo da média regional, em ordem decrescente, são indústria de transformação, construção civil e agropecuária. Destaca-se o setor da agropecuária que, apesar de ser o setor cujo índice está bem abaixo da média regional, bem como dos demais setores de atividade, registrou o maior crescimento desse índice (48,00 %), pois partiu de 0,25 - valor inicial da série - para 0,37, no último ano de estudo, ressaltando o ano de 2010 como seu melhor desempenho. O fato desta atividade não requerer um nível de instrução mais elevado, faz com que a mesma continue com o índice aquém dos demais setores.

Pode-se notar que houve uma melhoria também em relação à atividade da construção civil, ao incrementar em 27,50% o valor do índice na década. Os melhores anos foram 2009 e 2010, cujos valores foram de 0,51. Outra atividade que obteve um indicador bastante significativo foi a indústria de transformação, ao passar de 0,45 para 0,57, um incremento de

26,67%, tendo sido o ano de 2001 seu pior desempenho com o valor de 0,45 e o ano de 2010 seu melhor desempenho com o valor de 0,57.

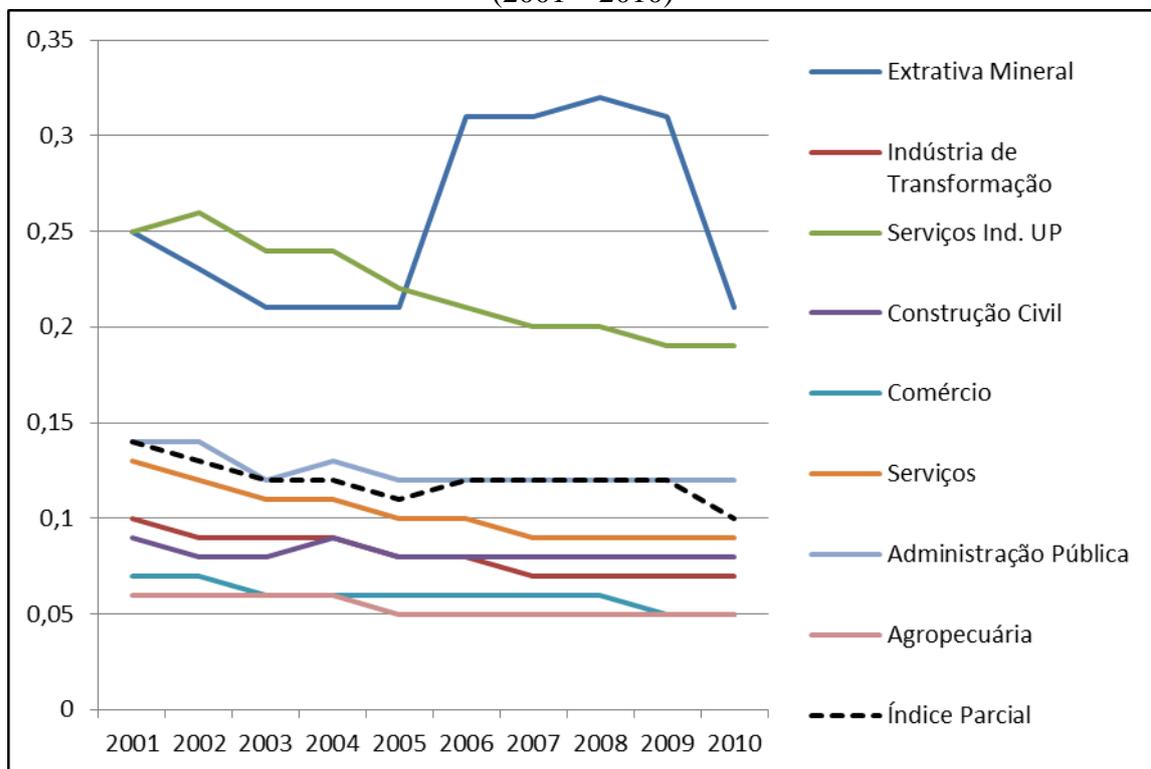
Os setores de atividade cujos índices ficaram acima da média regional foram, em ordem crescente, serviços industriais de utilidade pública, comércio, serviços e administração pública. O mais elevado nível de instrução é detido pela administração pública, refletindo o fato de após a Constituição de 1988, o ingresso nesse setor só se dá através de concurso público.

O índice da indústria extrativa situou-se em torno da média na primeira metade da década, distanciando-se dela na segunda metade dos anos 2000.

4.1.2.2 Média salarial do Nordeste

Averiguou-se no índice preliminar de média salarial dos empregados formais no Nordeste uma ligeira tendência de declínio durante a década, que passou de 0,14 para 0,10, representando um decréscimo no período de 28,57%, conforme Quadro 2 do Apêndice e Gráfico 03, abaixo.

Gráfico 3 – Nordeste: Índice parcial da média salarial segundo os setores de atividade (2001 – 2010)



Fonte: Elaboração própria, baseada nos dados da RAIS/MTE.

Quase todos os setores de atividade tiveram um comportamento similar ao verificado para o índice médio regional. O comportamento mais divergente foi o da indústria extrativa mineral, que experimentou um forte incremento entre 2005 e 2008, e um decréscimo acentuado

entre 2009 e 2010. Apresentou um crescimento no seu índice de 0,21, em 2005, para 0,31 no ano de 2006. Atinge o seu pico em 2008, voltando a cair o índice para 0,31, em 2009, e para 0,21 em 2010. (ver Gráfico 3).

Este resultado é explicado pelo fato do maior número de contratações no período ter sido realizado nos estratos salariais mais baixos, isto é, com salários inferiores a 2 salários mínimos. O percentual de trabalhadores que percebiam até 2 salários mínimos elevou-se de 62% para 66% entre 2001 e 2010.

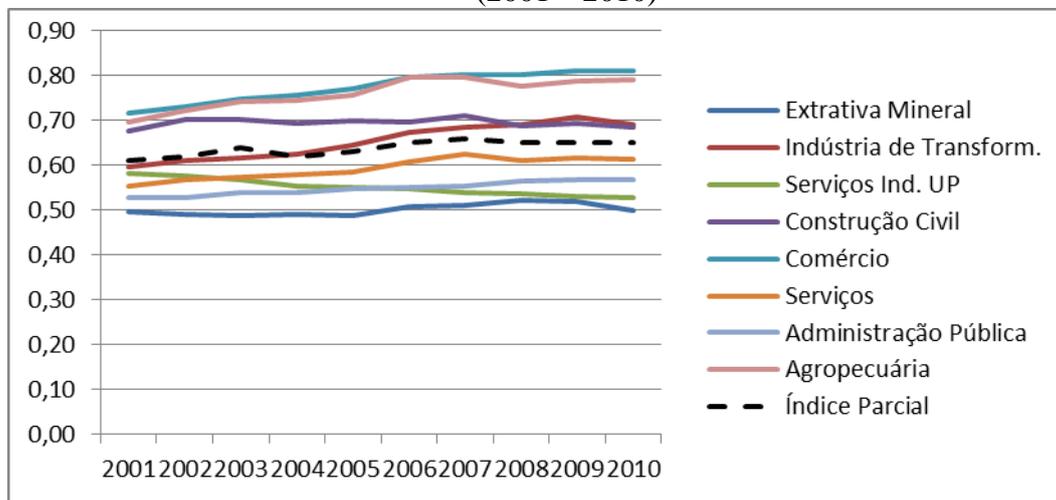
Os setores que melhor remuneraram a mão de obra foram indústria extrativa e os serviços industriais de utilidade pública, cujos índices situaram bem acima da média regional durante todo o período. O setor da administração pública manteve-se próximo ao índice médio regional. Os demais setores apresentaram níveis médios de remuneração abaixo da média regional, sendo que os piores resultados foram encontrados para o setor de comércio e para o agropecuário e teve um declínio de 28,57% no índice de média salarial na década em estudo, sendo o seu maior valor 0,06 nos anos de 2001 a 2004.

Constatou-se que os trabalhadores com alto nível de escolaridade são os que têm os mais altos salários dentro das empresas, enquanto os de trabalhadores com baixo nível de escolaridade são os que têm os menores salários.

4.1.2.3 Desconcentração salarial do Nordeste

No índice preliminar de concentração salarial para o Nordeste, notou-se uma melhoria no grau de desconcentração salarial ainda que pequena. Com efeito, o índice médio regional passou de 0,64, em 2001, para 0,67, em 2010, conforme mostram os dados do Quadro 3 do Apêndice e do Gráfico 04.

Gráfico 4 – Nordeste: Índice parcial de desconcentração salarial segundo setores de atividade (2001 – 2010)



Fonte: Elaboração própria baseada nos dados da RAIS/MTE.

Verificou-se, também, que o comportamento do índice⁸ foi diferenciado segundo os setores produtivos. Podem-se constatar três tipos de tendência: a) setores que reduziram o grau de concentração (índice crescente), nesse grupo estão comércio, agropecuária, indústria de transformação, serviços e administração pública; b) setores que mantiveram praticamente inalterado o índice de desconcentração, tais como indústria extrativa mineral e construção civil e; c) setor que aumentou a concentração (índice decrescente), inclui-se nesse caso os serviços industriais de utilidade pública.

Os setores de comércio, agropecuária, construção civil e indústria de transformação situaram-se acima do índice médio regional, enquanto que os setores de serviços, administração pública, serviços industriais de utilidade pública e extrativa mineral situaram-se abaixo da média regional.

Chama a atenção o setor agropecuário por apresentar o menor grau de concentração salarial. Acrescentando-se a isso o fato de ser também nesse setor onde se encontram os menores níveis salariais, pode-se concluir que a desconcentração salarial resulta de um nivelamento salarial por baixo.

Em suma, o comportamento ascendente do IQEF para o Nordeste no período de 2001 a 2010 foi resultado do desempenho dos índices parciais de grau de instrução, desconcentração salarial e taxa de rotatividade, principalmente do primeiro. O bom desempenho desses índices parciais suplantou a tendência levemente decrescente da média salarial. O bom desempenho do IQEF em escala regional mostrou que a expansão do emprego formal do Nordeste no período de 2001 a 2010 também foi acompanhado de uma melhoria da qualidade do emprego.

4.1.2.4 Taxa de rotatividade do Nordeste

A taxa de rotatividade do emprego formal do Nordeste mostrou-se crescente durante o período em análise, o que significa uma maior capacidade de absorção de trabalhadores nas atividades produtivas. O valor desse índice passa de 0,26 para 0,32, entre 2001 e 2010, conforme pode ser observado no Gráfico 5.

À exceção da indústria de transformação que manteve praticamente inalterado o índice de rotatividade entre 2001 e 2010, todos os demais setores mostraram uma tendência de crescimento na taxa de rotatividade do emprego formal no Nordeste. Vale a pena destacar o

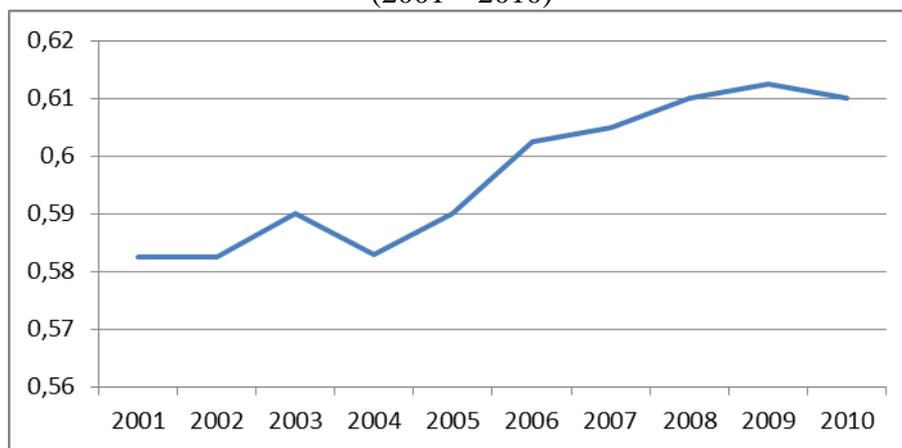
⁸ Lembra-se que o melhor valor para a concentração é um índice de Gini igual a 0 e o pior valor é o índice de Gini igual a 1. A interpolação dos dados foi feita segundo esse critério, de modo que quanto mais elevado for o valor do índice calculado menor o grau de concentração salarial.

feita em duas etapas. Primeiramente, é feita a discussão do índice geral, detalhando por setores de atividades e, na sequência, a apresentação dos resultados obtidos para os quatro índices parciais, também especificando os resultados desses índices segundo os setores de atividade.

4.2.1 Discussão do índice geral de qualidade do emprego formal no Rio Grande do Norte

De acordo com o Gráfico 6, o mercado de trabalho formal do Rio Grande do Norte apresentou uma tendência de melhoria da qualidade do emprego quando se considera os anos extremos da série observada. O IQEF apresentou para o ano de 2001 um valor de 0,58, evoluindo para 0,61 no ano de 2010. Seu melhor desempenho foi no ano 2010. Ressalta-se que o IQEF potiguar situou-se acima da média regional durante todo o período.

Gráfico 6 - Rio Grande do Norte: Índice de qualidade do emprego formal (2001 – 2010)



Fonte: Elaboração própria baseada nos dados da RAIS/MTE.

Comparando-se o Gráfico 6 com o Gráfico 1, percebe-se que a trajetória do IQEF do Rio Grande do Norte é bastante semelhante à apresentada pelo IQEF do Nordeste. Após sofrer alguma oscilação no início do período, lança-se em uma trajetória ascendente até 2009, sofrendo uma pequena redução em 2010.

Os dados da Tabela 14 retratam a evolução do IQEF para os diferentes setores de atividade da economia potiguar. Da observação dessa tabela podem ser feitas as seguintes considerações a respeito da qualidade do emprego nesses setores comparativamente ao IQEF estadual:

- a) A qualidade do emprego nos setores de comércio, serviços e administração pública situou-se acima do nível de qualidade do emprego formal do Rio Grande do Norte. No entanto, enquanto

nos setores do comércio e da administração pública constata-se uma tendência de melhoria na qualidade do emprego, no setor de serviços a variação do índice foi muito pequena, permanecendo praticamente no mesmo patamar ao longo do período;

Tabela 14 - Rio Grande do Norte: IQEF por setor de atividade
(2001 – 2010)

Setores	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Ext. Mineral	0,566	0,566	0,564	0,586	0,568	0,627	0,609	0,653	0,621	0,588
Ind.de Transf.	0,573	0,563	0,574	0,563	0,582	0,608	0,611	0,615	0,620	0,599
Serv. Ind. UP	0,652	0,645	0,634	0,573	0,589	0,570	0,581	0,584	0,606	0,608
Const. Civil	0,550	0,546	0,558	0,548	0,570	0,571	0,579	0,579	0,587	0,587
Comércio	0,628	0,630	0,636	0,627	0,643	0,647	0,651	0,652	0,656	0,657
Serviços	0,593	0,596	0,602	0,599	0,610	0,609	0,616	0,614	0,614	0,609
Adm. Pública	0,587	0,574	0,595	0,600	0,597	0,611	0,618	0,619	0,626	0,628
Agropecuária	0,522	0,539	0,556	0,562	0,555	0,564	0,572	0,573	0,575	0,584

Fonte: Elaboração própria baseada nos dados da RAIS/MTE.

- b) Os setores da construção civil e agropecuário são os que apresentaram os piores índices no mercado de trabalho formal potiguar, ainda que tenham tido uma tendência ascendente, particularmente o agropecuário. Quanto à construção civil, o índice teve uma tendência de crescimento, pois houve variação positiva neste intervalo, variando de 0,44 no ano de 2001 para 0,47 no ano de 2010. Percebeu-se uma melhora do IQEF neste setor atribuída também ao crescimento do grau de instrução e da desconcentração salarial.
- c) Os setores da indústria de transformação, serviços industriais de utilidade pública e a indústria extrativa mineral, registraram um comportamento oscilatório, situando-se ora abaixo, ora acima da média estadual. Destaca-se o caso da indústria de transformação que embora tenha apresentado um índice inferior à média potiguar no início do período, conseguiu posicionar-se um pouco acima da média estadual nos anos intermediários. O IQEF para o setor de indústria de transformação, diferentemente do que ocorreu na região Nordeste que teve uma tendência geral à estagnação, para o estado do Rio Grande do Norte houve uma tendência positiva. O índice variou de 0,49, no ano de 2001, para o valor de 0,52, no ano de 2010. No tocante aos serviços industriais de utilidade pública, houve uma tendência de retração, variando de 0,58 no ano de 2001 para o valor de 0,56, em 2010. No ano de 2004, esse setor teve seu melhor desempenho na qualidade do emprego formal, alcançando o valor de 0,59.

4.2.2 - Discussão dos índices parciais de qualidade do emprego formal no Rio Grande do Norte

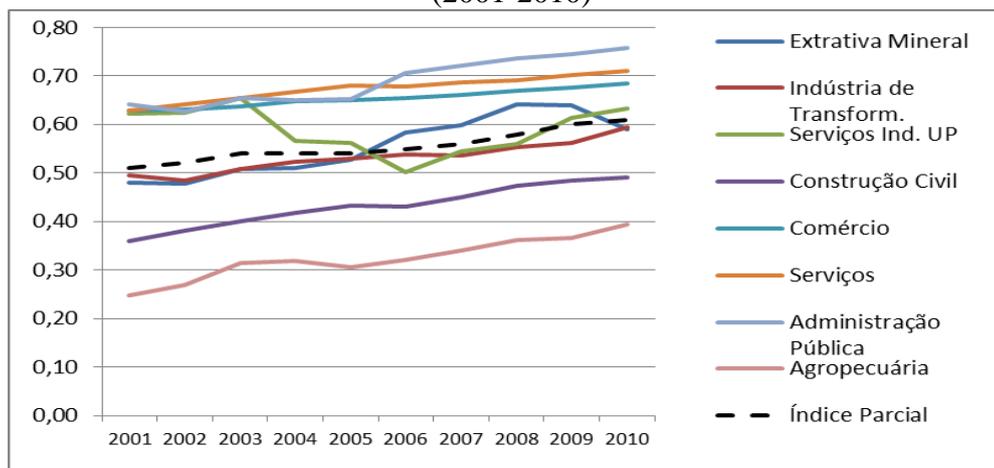
Após ter feito a apresentação dos resultados obtidos para o IQEF geral do Rio Grande do Norte e dos setores de atividade da economia estadual, discute-se agora os resultados dos índices parciais (grau de instrução, nível de remuneração, grau de concentração salarial e rotatividade) para o Estado, detalhando, também, por setores de atividade.

4.2.2.1 - Grau de instrução Rio Grande do Norte

O índice parcial relativo ao grau de instrução mostrou um desempenho bastante favorável, tendo passado de 0,51, em 2001, para 0,61, em 2010 (veja Gráfico 7).

Tal como foi dito para o caso do Nordeste, essa elevação do grau de instrução reflete tanto a maior disponibilidade dos serviços educacionais nas últimas décadas, como também uma maior exigência por parte das empresas ao contratarem os seus trabalhadores, o que contribui para a redução dos seus custos com treinamento e qualificação da mão de obra. Por outro lado, quanto mais instrução e qualificação os empregados possuírem, maiores serão suas chances de conseguirem emprego no mercado formal e de obterem maiores níveis salariais. Segundo Carty (1999), quanto maior a busca pela evolução do conhecimento e da qualificação profissional do empregado formal, maior será sua qualidade de emprego nas empresas.

Gráfico 7 - Rio Grande do Norte - Índice parcial de Grau de instrução dos setores de atividade (2001-2010)



Fonte: Elaboração própria baseada nos dados da RAISMTE.

À exceção dos serviços industriais de utilidade pública, todos os demais setores de atividade da economia do Rio Grande do Norte registraram uma melhoria significativa no nível

de instrução de sua força de trabalho.

Os setores de atividade que têm os melhores níveis de escolaridade são administração pública, serviços e comércio. Ressalta-se que o setor da administração pública foi o que mais se destacou, ao exibir o maior índice (0,76) no ano de 2010, mostrando uma evolução de 18,75% neste índice em questão.

Os piores resultados foram encontrados na construção civil e na agropecuária, repetindo a tendência regional. Apesar disso nesses dois setores foram encontradas expressivas variações no índice de grau de instrução. Na construção civil, houve um incremento de 36,11% ao longo da década, sendo o melhor resultado alcançado em 2009 cujo valor foi de 0,49. O setor agropecuário obteve também uma evolução bastante significativa, ao passar de 0,24 para 0,39, um incremento de 56,00%, tendo sido o ano de 2010 seu melhor desempenho com o valor do índice de 0,39.

Resultados próximos à média estadual foram detectados na indústria de transformação, nos serviços industriais de utilidade pública e na indústria extrativa mineral. O grau de instrução na atividade extrativa mineral experimentou uma evolução de 22,91 % no seu grau de instrução, pois partiu de 0,48 - valor inicial da série - para 0,59, no último ano de estudo, ressaltando o ano de 2008 como seu melhor desempenho, ao atingir 0,64. O setor de atividade de serviços industriais de utilidade pública destaca-se pela considerável queda no ano de 2006, recuperando-se ao final da década.

4.2.2.2 – Média salarial no Rio Grande do Norte.

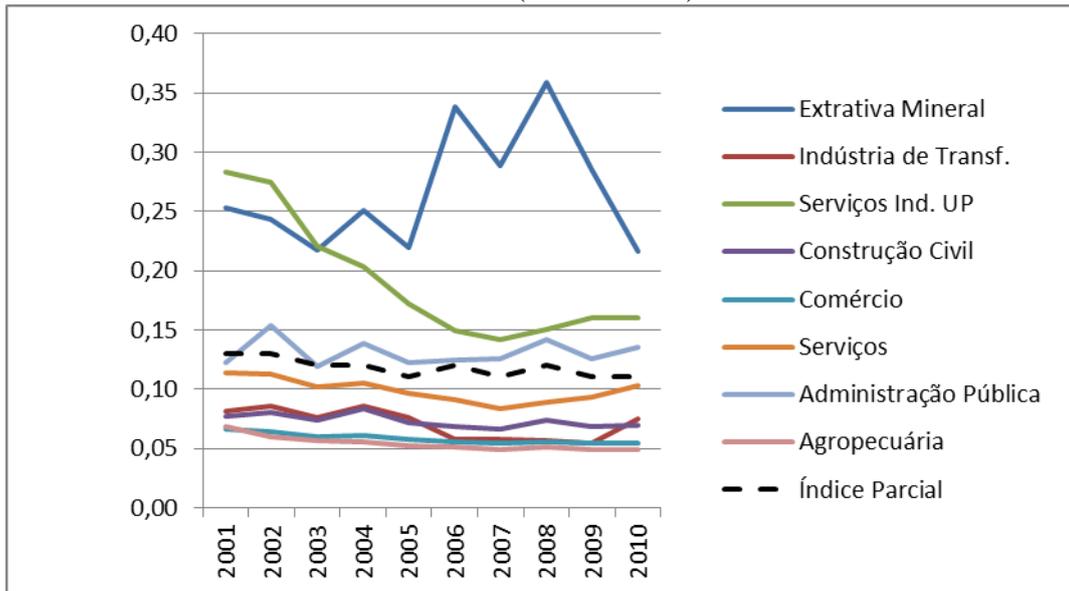
O índice preliminar de média salarial apurou uma leve diminuição na média salarial dos trabalhadores formais do Estado, expressa na redução do índice de 0,13, em 2001, para 0,11, em 2010, como mostra o Gráfico 8. Esse resultado se explica pelo fato do maior número de novas contratações terem sido feitas nos estratos mais baixos da escala salarial, tal como ocorreu no Nordeste.

Pode-se observar, também, que o decréscimo na média salarial ocorreu em quase todos os setores no decorrer do período em estudo, não obstante algumas oscilações ao longo do período, sendo o caso mais notável o da indústria extrativa mineral, cujo declínio nos dois últimos anos da série foi tão expressivo que colocou o índice abaixo do verificado em 2001. A maior redução foi verificada no setor dos serviços industriais de utilidade pública (veja Gráfico 8).

Destaca-se que as médias salariais mostram uma diferenciação bastante expressiva entre os setores de atividade. Acima da média estadual estão, em ordem decrescente, os setores da

indústria extrativa, os serviços industriais de utilidade pública e o da administração pública. A média salarial dos outros cinco setores ficaram abaixo do índice estadual. Ressalta-se que os menores salários foram encontrados no comércio, na indústria de transformação e agropecuário, sendo esse último o que pior remunera a sua força de trabalho.

Gráfico 8 – Rio Grande do Norte: Índice parcial da média salarial segundo os setores de atividade (2001 – 2010)



Fonte: Elaboração própria baseada nos dados da RAIS/MTE.

Percebe-se que a média salarial do Rio Grande do Norte está em quase todos os setores de atividades acima da média da região Nordeste, durante todo o período do estudo, com exceção dos setores de Indústria de Transformação e Agropecuária.

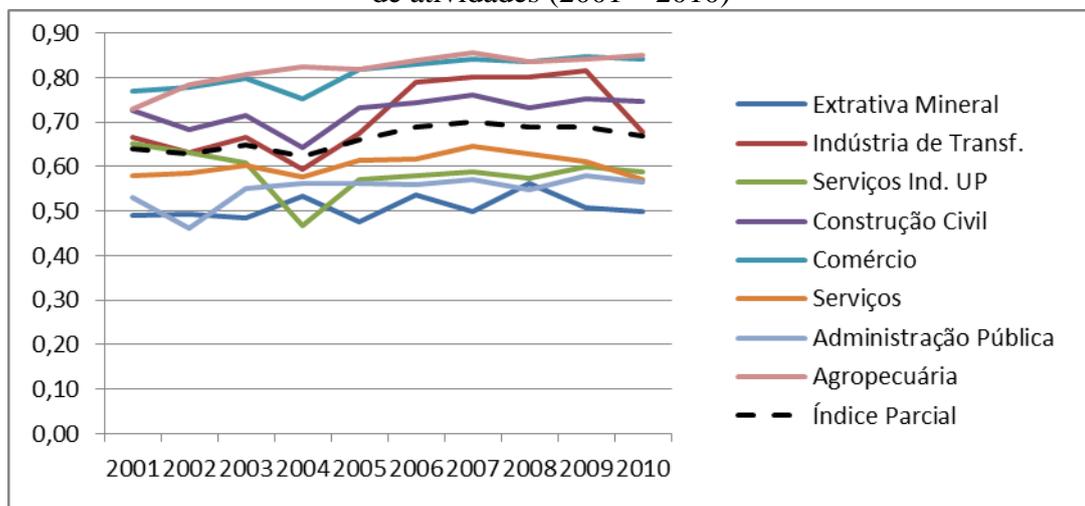
4.2.2.3 – Desconcentração salarial no Rio Grande do Norte

O índice preliminar da desconcentração salarial para o Rio Grande do Norte como para todos os setores de atividades apresentou um crescimento, ainda que não muito acentuado, no período estudado à exceção do setor dos serviços industriais de utilidade pública. O índice estadual passou de 0,61, em 2001, para 0,65, em 2010, representando uma tendência crescente⁹ no período de 6,55% para o Rio Grande do Norte, conforme Quadro 7 do Apêndice e Gráfico 09, abaixo.

⁹ Relembra-se que o melhor valor para a concentração é um índice de Gini igual a 0 e o pior valor é o índice de Gini igual a 1, tal como já foi feito na nota 8. A interpolação dos dados foi feita segundo esse critério, de modo que quanto mais elevado for o valor do índice calculado menor o grau de concentração salarial.

Apesar da maioria dos setores terem apresentado melhoria no grau de desconcentração salarial, o comportamento dos índices setoriais foi bastante diferenciado. Nesse particular chama a atenção o setor agropecuário, cujo índice apresentou um aumento na década em estudo de 15,06%, o mais elevado entre todos os setores, e esse comportamento crescente foi verificado em quase todos os anos observados. O setor da indústria extrativa foi o que apresentou as maiores variações entre os anos intermediários da série, passando de 0,6, em 2005, para 0,81, em 2009.

Gráfico 9 – Rio Grande do Norte: Índice parcial de desconcentração salarial segundo os setores de atividades (2001 – 2010)



Fonte: Elaboração própria baseada nos dados da RAIS/MTE.

Ao se comparar os índices setoriais com a média estadual, constata-se que os setores onde se encontram os mais baixos índices de concentração são exatamente os que remuneram pior a sua força de trabalho. Nesta situação estão: agropecuária, comércio, indústria de transformação e construção civil. Ao contrário, os que detiveram os mais elevados índices de concentração foram aqueles com médias salariais mais elevadas: extrativa mineral, administração pública, serviço e serviços industriais de utilidade pública.

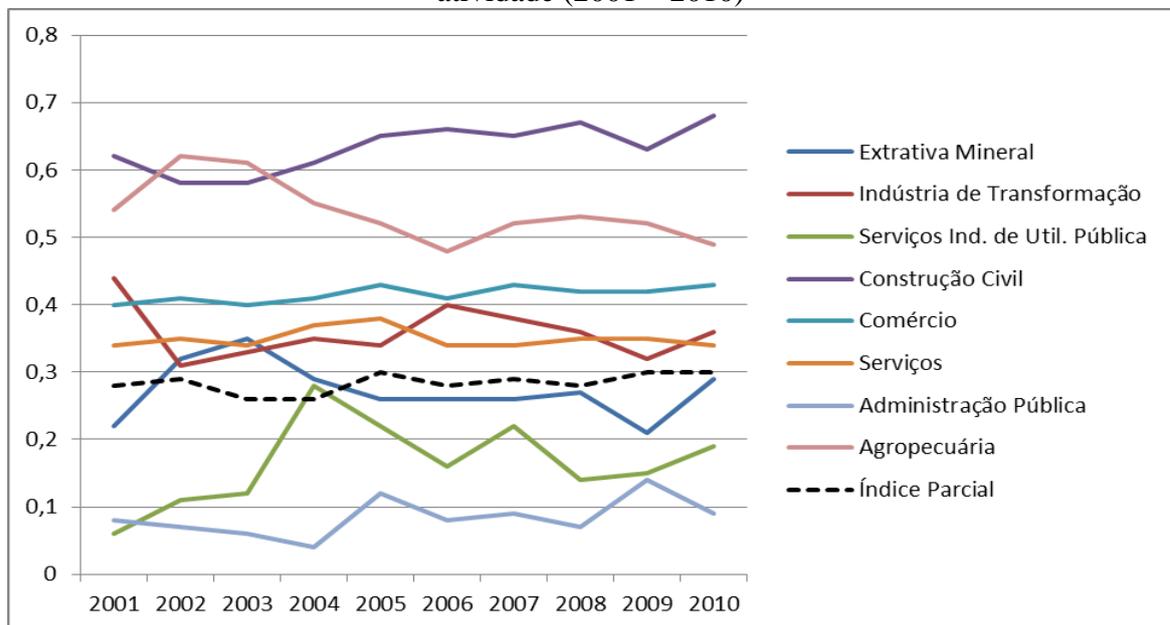
4.2.2.4 – Taxa de rotatividade no Rio Grande do Norte.

Tal como constatado para o Nordeste, também no Rio Grande do Norte pode ser observada uma elevação da taxa de grau de rotatividade da mão de obra, ainda que de forma menos acentuada, indicando uma maior capacidade de absorção de mão de obra por parte do setor produtivo regional, conforme mostra o Gráfico 10.

Um aspecto a ser observado no Gráfico 10 é a grande variabilidade da taxa de

rotatividade entre os setores produtivos potiguares. Enquanto na construção civil tem-se uma taxa de rotatividade próxima a 0,7, a administração pública ficou na maioria dos anos abaixo de 0,1. Os dois setores que apresentaram uma maior taxa de rotatividade foram exatamente os da construção civil e o agropecuário, pelas mesmas razões já destacadas na discussão sobre o índice para o Nordeste, isto é, os incentivos à política habitacional do governo federal e a expansão da atividade canavieira e, no caso do Rio Grande do Norte, a expansão da lavoura irrigada do melão no vale do Açu-Piranhas.

Gráfico 10 - Rio Grande do Norte: Índice parcial da taxa de rotatividade segundo os setores de atividade (2001 – 2010)



Fonte: Elaboração própria baseada nos dados da RAIS/MTE.

Acima da média estadual também se situaram os setores do comércio, da indústria de transformação e dos serviços. Abaixo da média, além da administração pública, também está os serviços industriais de utilidade pública.

Para o caso do Rio Grande do Norte, tal como se verificou para o Nordeste, o bom desempenho do IQEF foi devido ao comportamento dos índices de grau de instrução, desconcentração salarial e taxa de rotatividade. Destaca-se particularmente a influência do índice do grau de instrução.

CONCLUSÃO

O estudo da formação do espaço econômico do Nordeste e do Rio Grande do Norte, ainda que realizado de forma sucinta, permite afirmar que a constituição dos seus mercados de trabalho se deu de forma tardia e incompleta, de forma mais grave do que ocorreu em termos nacionais. Nas regiões Sul e Sudeste, a política de imigração de trabalhadores europeus de certa forma atenuou a passagem do trabalho escravo para o trabalho livre. No Nordeste, no entanto, a abolição da escravatura foi seguida pela difusão de relações de trabalho não capitalistas. A maioria da mão de obra continuou vinculada ao setor agropecuário agora sob a forma do sistema de morada.

O processo de industrialização regional ao se intensificar a partir da década de 1960, com a criação da SUDENE, não foi capaz de absorver o excedente populacional rural que se dirigia ao setor urbano. Tem-se, assim, o fortalecimento das formas não capitalistas de produção e de absorção da força de trabalho no espaço urbano, que se expandia com a intensificação do êxodo rural. Nem mesmo durante o período do “milagre brasileiro”, essa característica foi superada.

A crise econômica em que se viu mergulhada a economia brasileira e, em consequência, as economias nordestina e potiguar fez avançar o segmento informal do mercado de trabalho, agravando a situação da classe trabalhadora. Isso foi reforçado com a adoção das políticas de abertura comercial e de estabilização econômica que tiveram como efeito a elevação da taxa de desemprego e do grau de informalidade do mercado de trabalho.

Essa tendência foi revertida na década de 2000, particularmente a partir de 2004. Registrou-se um revigoramento do mercado de trabalho nos níveis nacional, regional e estadual. O emprego formal cresceu de forma significativa tanto no Nordeste quanto no Rio Grande do Norte. Esse movimento foi observado em todos os setores de atividade considerados nesse trabalho.

A partir dessa constatação, o trabalho procurou saber se esse avanço constatado no grau de formalização do mercado de trabalho também representou uma melhoria da qualidade do emprego formal no Nordeste e no Rio Grande do Norte. Para atingir os resultados pretendidos foram utilizados dados retirados do Ministério do Trabalho e Emprego MTE/RAIS através do programa DARDO para os cálculos do IQEF para o Nordeste e para o Rio Grande do Norte, detalhando para os setores produtivos.

Os resultados obtidos mostraram que houve, efetivamente, uma melhoria na qualidade do emprego formal tanto em nível regional quanto estadual, embora o aumento observado no

IQEF tenha sido mais expressivo para o Rio Grande do Norte do que para o Nordeste. Embora tenha havido diferenciações na melhoria da qualidade do emprego entre os setores produtivos, constatou-se que a maioria dos setores de atividade apresentaram uma elevação do seu índice de qualidade do emprego. Essa tendência foi mais significativa no Rio Grande do Norte (onde houve redução do IQEF em apenas um setor) do que no Nordeste (onde quatro setores tiveram elevação do seu índice, três mantiveram o mesmo valor e um teve uma piora no IQEF).

Quanto ao comportamento dos índices parciais que compõem o IQEF, podem ser destacados os seguintes aspectos:

a) Quanto ao **Grau de Instrução** constatou-se, elevação ao longo do período estudado, tanto para o Nordeste quanto para o Rio Grande do Norte. Esse incremento também foi encontrado em todos os setores de atividade da região Nordeste e do estado do Rio Grande do Norte. Tal resultado mostra, de um lado, uma exigência de mais qualificação educacional e de tecnologia para o empregado poder conseguir inserir-se no setor formal e, de outro lado, o avanço na universalização dos serviços educacionais, ainda que a sua qualidade ainda deixe a desejar. No Nordeste, os maiores níveis de grau de instrução foram encontrados nos setores da administração pública, do comércio e de serviços. O mesmo se verificou para o Rio Grande do Norte. Lembra-se que esse foi o índice que mais contribuiu para a elevação da qualidade do emprego formal nordestino e potiguar.

b) Em relação à **Média Salarial** verificou-se um declínio deste indicador para o Nordeste e para o Rio Grande do Norte. Ao se observar os dados de forma mais desagregada, tem-se que tal resultado pode ser explicado pelo fato da maioria das novas contratações no segmento formal do mercado de trabalho terem ocorrido nas faixas salariais mais baixas. Essa tendência foi observada em praticamente todos os setores de atividade, quando se considera os anos extremos da série estudada. As exceções ocorreram nos setores da administração pública e da indústria de transformação do Rio Grande do Norte. As maiores médias salariais foram registradas nos setores da indústria extrativa, dos serviços industriais de utilidade pública e da administração pública. Isso é válido para os dois espaços em tela.

c) No tocante ao índice de **Desconcentração salarial**, ele mostrou um desempenho positivo tanto na região Nordeste quanto no estado do Rio Grande do Norte, assim como na quase totalidade dos setores de atividade. Os mais altos índices de desconcentração foram observados nos setores da agropecuária e da construção civil. Chama-se a atenção para o fato de maiores índices de desconcentração salarial podem resultar da pouca dispersão dos níveis de remuneração e da sua concentração nos estratos mais baixos.

d) O índice da **Taxa de Rotatividade** também captou um movimento de melhoria, lembrando que ele foi calculado como a relação entre admissões e número de trabalhadores ocupados. Esse comportamento constatou-se tanto para o Nordeste quanto para o Rio Grande do Norte. O mesmo é verdade para os setores de atividade, à exceção do setor agropecuário potiguar. Convém destacar a grande variação no valor desse índice entre os setores de atividade. Os mais altos valores foram encontrados para os setores da construção civil e da agropecuária, refletindo seja a política habitacional adotada pelo governo federal, seja a expansão da lavoura canavieira e da fruticultura.

Os resultados encontrados permitem, portanto, responder positivamente à pergunta central do trabalho. Isto é, durante o período em tela, não só teve lugar a expansão das ocupações formais, como também houve uma melhoria da qualidade do emprego formal no Nordeste e no Rio Grande do Norte.

Apesar desse cenário positivo, não se deve esquecer que alguns problemas ainda permanecem no mercado de trabalho nordestino e potiguar, tais como: elevado nível de informalização dos contratos de trabalho, grande concentração dos trabalhadores nos níveis mais baixos de remuneração, nível de escolaridade ainda insatisfatório etc. Tais pontos estão a requerer ainda uma atenção especial de políticas públicas voltadas para a dinamização do mercado de trabalho e para a maior qualificação da mão de obra.

Em suma, o desempenho favorável da formalização do mercado de trabalho só foi possível de ser alcançado, sem desconsiderar o ambiente internacional favorável entre 2002 e 2007, graças à política de promoção do crescimento econômico *pari passu* com as políticas de redistribuição de renda.

REFERÊNCIAS:

- ABREU, Capistrano. **Capítulos da história colonial**. São Paulo: Publifolha, 2000.
- ABREU, M. de Paiva et al. **A ordem do progresso**. São Paulo: Ed. Campus 1990.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**. São Paulo: Cortez, 2011.
- ANTUNES, Maria Thereza Pompa. **Capital Intelectual**. São Paulo: Atlas, 2000.
- ARAÚJO, Douglas. **Surgimento e Decadência das Oficinas de Carne Seca do RN**. Natal: UFRN, Coleção Humanas Letras, 1994.
- ARAÚJO, Vilma Felix da Silva; CAMPOS, Domingos Fernandes. A cadeia logística do melão produzido no Agropolo Fruticultor Mossoró/Açu. In **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 42, nº 03, jul.set. 2011.
- BALTAR, P.; LEONE, E. **Perspectivas do emprego formal em um cenário de crescimento da economia**. Carta Social e do Trabalho, Instituto de Economia, Cesit, Campinas, n. 7, 2007c.
- BARBOSA, Alexandre de Freitas. **Formação do mercado de trabalho no Brasil**. São Paulo: Alameda Editorial, 2008.
- BRUM, Argemiro. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1988.
- CAIN, Glen G. The challenge of segmented labor market theories to orthodox theory: a survey. In: **Journal of Economic Literature**, vol. 14, n. 4, Dec. 1976.
- CAMPOS, M. J. C. de. **Processo de Abertura Econômica, Competitividade e Reestruturação Produtiva da Indústria Têxtil Brasileira: uma análise comparativa das regiões Nordeste e Sul (1985 – 1998)**. Dissertação de mestrado, João Pessoa: UFPB, 2000.
- CÂNDIDO, Paulo; MALAGODI, Edgard. Mobilização de Trabalhadores Canavieiros e Ação Estatal no Setor Sucroalcooleiro do Nordeste Brasileiro. In **Anais do XII Encontro Nacional da ABET**. João Pessoa: UFPB, 2011.
- CARRASCO, Emílio A. La calidad del empleo em el marco de la institucionalidade colombiana. **Cuadernos de Trabajo**. nº3. Departamnetto Seguridad Social y Mercado de trabajo. Bogotá: Universidad Externado em Colombia, Editor 2002. 41p.
- CARTY, Liz. El debate sobre la calidad del empleo: el caso de los Estados Unidos da América. 1970-1990. IN: INFANTE, Ricardo (Editor). *La calidade del empleo: la experiencia de los países latinamericanos y de los Estados Unidos*. Santiago-Chile: OIT/ETM, 1999.264P.(P.85-114).
- CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.
- CASTELLS, Manuel. A era da informação, sociedade e cultura. Vol 3 _ Fim do Milênio. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

- CAVALCANTI, Clovis. **Viabilidade do setor informal**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1978.
- CAVALCANTI, Clovis; DUARTE, Renato. O setor informal de Salvador: dimensões, natureza e significação. Recife: Sudene, 1980a.
- CAVALCANTI, Clovis; DUARTE, Renato. **À procura de espaço na economia urbana: o setor informal de Fortaleza**. Recife: Sudene, 1980b.
- CÉLESTIN, Jean-Bernard. **A qualidade do emprego**. Lisboa: Cadavalgráfica, 2002.
- CHIAVENATO, Idalberto. **Administração de recursos humanos**. 6º: ed. São Paulo. Atlas, 2006.
- CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. **Economia e Urbanização: O Rio Grande do Norte nos anos 70**. Natal: UFRN, 1995.
- CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. Rio Grande do Norte: novas dinâmicas mesmas cidades. In: GONÇALVES, Maria Flora; BRANDÃO, Carlos Antonio; GALVÃO, Antonio Carlos. (Org.) **Regiões e cidades: cidades nas regiões**. São Paulo: ANPUR, 2003.
- CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. **O maquinista de algodão e o capital comercial**. Natal: Ed. da UFRN, 1987.
- CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda; SILVA, Marconi Gomes da; PEREIRA, William Eufrásio Nunes. Transformações Recentes na Economia da Região Metropolitana de Natal. In: Clementino, Maria do Livramento; PESSOA, Zoraide Sousa (org) **Natal: Uma metrópole em formação..** EDUC: PUC – SP, 2009.
- CHURCHILL, Jr., Gilbert A.; PETER, J. Paul. Marketing: criando valor para o cliente. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2000
- DINIZ, Clélio Campolina. **A nova geografia econômica do Brasil: condicionantes e implicações**. Rio de Janeiro, Instituto Nacional de Altos Estudos, maio/2000 (XII Fórum Nacional) (mimeo).
- DEDECCA, Cláudio; ROSANDISKI, Eliane. Recuperação econômica e a geração de empregos formais. **Parcerias Estratégicas**, São Paulo, n. 22, p. 169-190, 2006.
- DIEESE **Estudo setorial da construção. Estudos e Pesquisas**. DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS, nº 56, abril de 2011. Disponível em <<http://www.dieese.org.br/esp/estPesq56ConstrucaoCivil.pdf>> Acesso em: 19 mai. 2012.
- DOERINGER e PIORE. **A theory of dual labor market**. Lexington; Massachests, 1971.
- EVANGELISTA, João Emanuel. **Tear de homens: relações de poder em fábricas têxteis**. Natal: EDUFRN, 2000
- FELIPE, José Lacerda Alves; CARVALHO, Edílson Alves de; ROCHA, Aristotelina, P. Barreto. **Atlas Rio Grande do Norte: espaço geo-histórico e cultural**. João Pessoa, PB: Grafset, 2006.
- FELIPE, José Lacerda Alves; CARVALHO, Edílson Alves de. **Economia do Rio Grande do Norte: Estudo geo-histórico e econômico**. João Pessoa: Grafset, 2002.
- FERGUSON, C. E. Microeconomia. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1985.

- FERNANDES, Maria de Fátima Diógenes. **Transformações no emprego formal da indústria de transformação do Brasil: evidências para as décadas de 1990 e 2000.** João Pessoa: UFPB,PPGE, Dissertação (Mestrado em Economia), 2012.
- GERMANI, Gino. **Sociologia da modernização.** São Paulo: Mestre Jou, 1974.
- GOMES, R. de C. da C.. Dinâmica Territorial no Espaço Metropolitano de Natal. In: CLEMENTINO, Maria do Livramento; PESSOA, Zoraide Sousa (org) **Natal: Uma metrópole em formação.** EDUC; PUC – SP, 2009.
- GUIMARÃES NETO, L. **Introdução à formação econômica do Nordeste.** Recife: Ed. Massangana – FJN,1997.
- HART, K. Informal Income Opportunities and Urban Development in Ghana. In: **The Journal of Modern African Studies**, v. II, n. I, mar. 1973.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna**, 4. ed. São Paulo: Ed. Loyola, 1992.
- KEYNES, J. M. **Teoria geral do emprego do juro e do dinheiro.** Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1970.
- KON, A. Mudanças recentes no perfil da distribuição ocupacional da população brasileira. In: XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2006, Caxambu. **Anais do XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais.** Caxambu: ABEP, 2006.
- KREIN, J. D.; SANTOS, A. L.; NUNES, B. T. Trabalho no governo Lula: avanços e contradições. In: **Revista da ABET**, v. 10, n.2, jul. dez. 2011.
- LEWIS, W. Arthur. O desenvolvimento econômico com oferta ilimitada de mão-de-obra. In: AGARWALE, A. N.; SINGH, S. **A economia do subdesenvolvimento.** Rio de Janeiro: Forense, 1969.
- LIMA, Ricardo. Mercado de trabalho: o capital humano e a teoria da segmentação. In: **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 10, n. 1, abr. 1980.
- LARANJEIRA, Sônia M.G. In: CATTANI, Antonio David (Org). **Trabalho e Tecnologia:** dicionário crítico. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre. Ed. Universidade, 1997.
- LOPES JÚNIOR, Edmilson. **A construção social da cidade do prazer:** Natal. Natal: EDUFRN, 2000. 188p.
- MACHADO DA SILVA, L. A. Da informalidade à empregabilidade: reorganizando a dominação no mundo do trabalho. In: **Caderno CRH**, Salvador, n. 37, jul-dez 2002.
- MACEDO, Roberto. **Os salários na teoria econômica.** Rio de Janeiro: IPEA, 1982.
- MACEDO R.; CHAHAD J. **FGTS e a Rotatividade.** São Paulo: Nobel/Ministério do Trabalho, 1995.
- MACEDO, M. B. **Inovações Tecnológicas e Vivência Operária: O Caso de Rio Tinto - 1950-1970.** João Pessoa: UFPB/CME Dissertação de mestrado em economia, 1986.
- MELO, Mario Lacerda de. **Regionalização agrária do Nordeste.** Recife: Sudene, 1978.
- MENDES, Andrielle. Cana avança no RN e mecanização está a todo vapor. **Tribuna do Norte**, 25 de setembro de 2011. Disponível em:< <http://tribunadonorte.com.br/noticia/cana-avanca-no-rn-e-mecanizacao-esta-a-todo-vapor/197128>>. Acesso em: fev. 2013.
- MORRETO, A. J; PRONI, M. W. **O desemprego no Brasil: análise da trajetória recente.** 2012, Mimeo.

- MOUTINHO, Lúcia Maria Góes; CAVALCANTI FILHO, Paulo F. M. B. **Estratégias empresariais e políticas regionais: as políticas de incentivos às empresas calçadistas na Grande João Pessoa.** João Pessoa: UFPB/PPGE/CME, Jul. 2004.
- NUNES, Vicente. **Construção Civil vai liderar crescimento no país.** Correio Braziliense, 2009. Acesso em: jan. 2013.
- OIT, **Employment, incomes and equality: A Strategy for Increasing Productive Employment in Kenya.** Geneva, OIT, 1972.
- OLIVEIRA, Francisco de. **A economia brasileira: crítica à razão dualista.** Petrópolis: Vozes 1988.
- OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de. Industrialização, desenvolvimento e trabalho no pós-guerra. In: OLIVEIRA, Marco Antônio (Org.). **Economia e Trabalho**, cap.1, p. 3-20 – Campinas – SP: IE/Unicamp, 1998.
- PALMEIRA SOBRINHO, Zéu. **Reestruturação produtiva e terceirização: o caso dos trabalhadores das empresas contratadas pela Petrobrás no RN.** Natal: UFRN, 2006. 259 p. Tese [Doutorado em Ciências Sociais da UFRN].
- PINDYCK, R. S.; RUBINFELD D. L. **Microeconomia.** 7. ed., São Paulo: Pearson Prentice Hal, 2009.
- PIORE, M. On the job training the dual labor market. In: WEBER, A. et al. **Public-private manpower policies.** Madison, 1969.
- PIORE, Michael J.; DOERINGER, Peter. **Internal Labor Markets and Manpower Adjustment.** New York: D.C. Heath and Company, 1971
- RAMOS, Carlos Alberto. **Economia do Trabalho. Modelos Teóricos e o Debate no Brasil.** Curitiba: Editora CRV. 2012.
- REICH, M.; GORDON, D.; EDWARDS, R. Dual labor markets: A Theory of Labor Market Segmentation. In: **American Economic Review**, n.v. 63:2, May 1973.
- REMY, M.A.P.A.; QUEIROZ, S.N. de; SILVA FILHO, L.A. Evolução recente do emprego formal no Brasil – 2000-2008. In: **Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Populacionais**, 17., 2010, Caxambu, MG. Anais... Caxambu, MG: ABEP, set. 2010. p. 1-17.
- RESENDE, Vanusa Alves. **Modelos produtivos e competitividade: o caso Coteminas S.A.** Natal: UFRN/PPGCS, 2000. 124 p. Dissertação [Mestrado em Ciências Sociais da UFRN].
- RIFKIN, Jeremy. **O fim dos empregos.** São Paulo: Makron Books, 1996.
- SANTOS, Milton. **Metamorfose do Espaço Habitado.** 3.ed. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SEDLACEK, G. L.; BARROS, R. P. de; VARANDAS, Simone. Segmentação e mobilidade no mercado de trabalho: a carteira de trabalho em São Paulo. In: **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, vol. 10, n. 1, 1990.
- SILVA, Marconi Gomes da. **Mercado de trabalho, ocupações e rendimentos: a Região Metropolitana de Natal na década de 1990.** Natal: UFRN, tese de Doutorado em Ciências Sociais, 2008.
- SMITH, W. **Product Differentiation and Marketing Segmentation as Alternative Marketing Strategies.** American Marketing Association. *Journal of Marketing*, Vol 21 pp. 3-8, julho 1956.

SOUSA, Francisco Carlos Oliveira de. **Das salinas ao sindicato**: a trajetória da utopia salineira. Natal: UFRN/PPGCS, 2002. 156 p. Dissertação [Mestrado em Ciências Sociais da UFRN]. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Canada%C3%A7%C3%BAcar_no_Rio_Grande_do_Norte>. Acesso em: jan. 2013.

TAKEYA, Denise Monteiro. **Um outro Nordeste**: o algodão na economia do Rio Grande do Norte (1880-1915). Fortaleza, BNB/ETENE, 1985.

TAYLOR, F. W. **Princípios de Administração Científica**. São Paulo: Atlas. 1995.

THUROW, Lester C. **Education and Economic Inequality**. Public Interest, Summer 1972, (28), p.66-81.

APÊNDICE

Quadro 1 – Nordeste: Índice do grau de instrução segundo setores de atividade no período de 2001 a 2010

Setores	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Extrativa Mineral	0,48	0,50	0,52	0,52	0,55	0,61	0,63	0,65	0,66	0,62
Indústria de Transformação	0,45	0,47	0,49	0,49	0,50	0,52	0,53	0,54	0,55	0,57
Serviços Ind. de Util. Pública	0,55	0,57	0,60	0,60	0,60	0,60	0,61	0,62	0,63	0,63
Construção Civil	0,40	0,41	0,44	0,44	0,47	0,48	0,49	0,50	0,51	0,51
Comércio	0,61	0,62	0,64	0,64	0,67	0,66	0,67	0,67	0,68	0,68
Serviços	0,62	0,63	0,65	0,65	0,67	0,68	0,68	0,70	0,70	0,71
Administração Pública	0,63	0,65	0,70	0,70	0,70	0,70	0,72	0,72	0,72	0,74
Agropecuária	0,25	0,25	0,28	0,28	0,29	0,30	0,32	0,34	0,35	0,37
Índice Parcial	0,49	0,51	0,54	0,54	0,55	0,57	0,58	0,59	0,60	0,60

Fonte: Elaboração própria baseada nos dados da RAIS/MTE.

Quadro 2 – Nordeste: Índice da média salarial por setores de atividade no período de 2001 a 2010

Setores	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Extrativa Mineral	0,25	0,23	0,21	0,21	0,21	0,31	0,31	0,32	0,31	0,21
Indústria de Transformação	0,10	0,09	0,09	0,09	0,08	0,08	0,07	0,07	0,07	0,07
Serviços Ind. de Util. Pública	0,25	0,26	0,24	0,24	0,22	0,21	0,20	0,20	0,19	0,19
Construção Civil	0,09	0,08	0,08	0,09	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08
Comércio	0,07	0,07	0,06	0,06	0,06	0,06	0,06	0,06	0,05	0,05
Serviços	0,13	0,12	0,11	0,11	0,10	0,10	0,09	0,09	0,09	0,09
Administração Pública	0,14	0,14	0,12	0,13	0,12	0,12	0,12	0,12	0,12	0,12
Agropecuária	0,06	0,06	0,06	0,06	0,05	0,05	0,05	0,05	0,05	0,05
Índice Parcial	0,14	0,13	0,12	0,12	0,11	0,12	0,12	0,12	0,12	0,10

Fonte: Elaboração própria baseada nos dados da RAIS/MTE.

Quadro 3 – Nordeste: Índice da desconcentração salarial por setores de atividade no período de 2001 a 2010

Setores	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Extrativa Mineral	0,50	0,49	0,49	0,49	0,49	0,51	0,51	0,52	0,52	0,50
Indústria de Transformação	0,60	0,61	0,62	0,63	0,65	0,67	0,69	0,69	0,71	0,69
Serviços Ind. de Util. Pública	0,58	0,58	0,57	0,55	0,55	0,55	0,54	0,54	0,53	0,53
Construção Civil	0,68	0,70	0,70	0,69	0,70	0,70	0,71	0,69	0,69	0,69
Comércio	0,72	0,73	0,75	0,76	0,77	0,80	0,80	0,80	0,81	0,81
Serviços	0,55	0,57	0,57	0,58	0,59	0,61	0,62	0,61	0,62	0,61
Administração Pública	0,53	0,53	0,54	0,54	0,55	0,55	0,55	0,56	0,57	0,57
Agropecuária	0,70	0,72	0,74	0,74	0,76	0,80	0,80	0,78	0,79	0,79
Índice Parcial	0,61	0,62	0,64	0,62	0,63	0,65	0,66	0,65	0,65	0,65

Fonte: Elaboração própria baseada nos dados da RAIS/MTE.

Quadro 4 – Nordeste: Índice da taxa de rotatividade por setores de atividade no período de 2001 a 2010

Setores	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Extrativa Mineral	0,22	0,22	0,31	0,29	0,26	0,24	0,23	0,26	0,23	0,31
Indústria de Transformação	0,38	0,38	0,38	0,38	0,37	0,38	0,38	0,38	0,38	0,39
Serviços Ind. de Util. Pública	0,13	0,14	0,12	0,12	0,17	0,15	0,18	0,16	0,21	0,22
Construção Civil	0,60	0,60	0,57	0,59	0,61	0,59	0,62	0,64	0,66	0,69
Comércio	0,39	0,40	0,38	0,39	0,39	0,40	0,40	0,41	0,41	0,43
Serviços	0,31	0,31	0,30	0,31	0,32	0,31	0,32	0,33	0,34	0,36
Administração Pública	0,08	0,08	0,08	0,07	0,14	0,11	0,12	0,12	0,17	0,11
Agropecuária	0,43	0,47	0,48	0,48	0,46	0,45	0,46	0,46	0,45	0,46
Índice Parcial	0,27	0,27	0,26	0,26	0,29	0,28	0,29	0,30	0,32	0,32

Fonte: Elaboração própria baseada nos dados da RAIS/MTE.

Quadro 5 - Rio Grande do Norte: Índice do grau de instrução por setores de atividade no período de 2001 a 2010

Setores	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Extrativa Mineral	0,48	0,48	0,51	0,51	0,53	0,58	0,60	0,64	0,64	0,59
Indústria de Transformação	0,50	0,48	0,51	0,52	0,53	0,54	0,54	0,55	0,56	0,59
Serviços Ind. de Util. Pública	0,62	0,62	0,66	0,57	0,56	0,50	0,54	0,56	0,61	0,63
Construção Civil	0,36	0,38	0,40	0,42	0,43	0,43	0,45	0,47	0,49	0,49
Comércio	0,63	0,63	0,64	0,65	0,65	0,65	0,66	0,67	0,68	0,68
Serviços	0,63	0,64	0,65	0,67	0,68	0,68	0,69	0,69	0,70	0,71
Administração Pública	0,64	0,63	0,66	0,65	0,65	0,71	0,72	0,74	0,75	0,76
Agropecuária	0,25	0,27	0,31	0,32	0,31	0,32	0,34	0,36	0,37	0,39
Índice Parcial	0,51	0,52	0,54	0,54	0,54	0,55	0,56	0,58	0,60	0,61

Fonte: Elaboração própria baseada nos dados da RAIS/MTE.

Quadro 6 – Rio Grande do Norte: Índice da média salarial por setores de atividade no período de 2001 a 2010

Setores	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Extrativa Mineral	0,25	0,24	0,22	0,25	0,22	0,34	0,29	0,36	0,29	0,22
Indústria de Transformação	0,08	0,09	0,08	0,09	0,08	0,06	0,06	0,06	0,05	0,07
Serviços Ind. de Util. Pública	0,28	0,27	0,22	0,20	0,17	0,15	0,14	0,15	0,16	0,16
Construção Civil	0,08	0,08	0,07	0,08	0,07	0,07	0,07	0,07	0,07	0,07
Comércio	0,07	0,06	0,06	0,06	0,06	0,06	0,05	0,06	0,05	0,05
Serviços	0,11	0,11	0,10	0,10	0,10	0,09	0,08	0,09	0,09	0,10
Administração Pública	0,12	0,15	0,12	0,14	0,12	0,12	0,13	0,14	0,13	0,13
Agropecuária	0,07	0,06	0,06	0,06	0,05	0,05	0,05	0,05	0,05	0,05
Índice Parcial	0,13	0,13	0,12	0,12	0,11	0,12	0,11	0,12	0,11	0,11

Fonte: Elaboração própria baseada nos dados da RAIS/MTE.

Quadro 7 - Rio Grande do Norte: Índice de desconcentração salarial por setores de atividade no período de 2001 a 2010

Setores	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Extrativa Mineral	0,49	0,49	0,48	0,53	0,48	0,54	0,50	0,56	0,51	0,50
Indústria de Transformação	0,67	0,63	0,67	0,59	0,67	0,79	0,80	0,80	0,82	0,68
Serviços Ind. de Util. Pública	0,65	0,63	0,61	0,47	0,57	0,58	0,59	0,57	0,60	0,59
Construção Civil	0,73	0,68	0,72	0,64	0,73	0,74	0,76	0,73	0,75	0,75
Comércio	0,77	0,78	0,80	0,75	0,82	0,83	0,84	0,84	0,85	0,84
Serviços	0,58	0,58	0,60	0,58	0,62	0,62	0,65	0,63	0,61	0,57
Administração Pública	0,53	0,46	0,55	0,56	0,56	0,56	0,57	0,55	0,58	0,57
Agropecuária	0,73	0,78	0,81	0,82	0,82	0,84	0,85	0,84	0,84	0,85
Índice Parcial	0,64	0,63	0,65	0,62	0,66	0,69	0,70	0,69	0,69	0,67

Fonte: Elaboração própria baseada nos dados da RAIS/MTE.

Quadro 8 - Rio Grande do Norte: Índice da taxa de rotatividade por setores de atividade no período de 2001 a 2010

Setores	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Extrativa Mineral	0,22	0,32	0,35	0,29	0,26	0,26	0,26	0,27	0,21	0,29
Indústria de Transformação	0,44	0,31	0,33	0,35	0,34	0,40	0,38	0,36	0,32	0,36
Serviços Ind. de Util. Pública	0,06	0,11	0,12	0,28	0,22	0,16	0,22	0,14	0,15	0,19
Construção Civil	0,62	0,58	0,58	0,61	0,65	0,66	0,65	0,67	0,63	0,68
Comércio	0,40	0,41	0,40	0,41	0,43	0,41	0,43	0,42	0,42	0,43
Serviços	0,34	0,35	0,34	0,37	0,38	0,34	0,34	0,35	0,35	0,34
Administração Pública	0,08	0,07	0,06	0,04	0,12	0,08	0,09	0,07	0,14	0,09
Agropecuária	0,54	0,62	0,61	0,55	0,52	0,48	0,52	0,53	0,52	0,49
Índice Parcial	0,28	0,29	0,26	0,26	0,30	0,28	0,29	0,28	0,30	0,30

Fonte: Elaboração própria baseada nos dados da RAIS/MTE.